

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

O MORADOR DE RUA ADULTO

NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE EXCLUDENTE

ALINE MICHELUZZI

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 22 / 07 / 2003


Prof.ª Krystyna Malys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS
JULHO DE 2003**

**O MORADOR DE RUA ADULTO
NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE EXCLUDENTE**

ALINE MICHELUZZI

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina para
obtenção de Grau de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Professora Regina
Célia Tomaso Miotto

**FLORIANÓPOLIS
JULHO DE 2003**

Aline Micheluzzi

**O MORADOR DE RUA ADULTO
NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE EXCLUDENTE**

Trabalho de conclusão de curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Regina Célia Tomaso Miotto

Marli Palma Souza

Irma Remor Silva

Florianópolis (SC), julho de 2003

**“Um passo a frente e você não
está mais no mesmo lugar”
Chico Science**

**Dedico este trabalho a minha
família, pelo incentivo e
compreensão que foram
fundamentais para a
realização deste objetivo**

**Agradeço a todos que, de
alguma forma, participaram
desta caminhada.
Muito Obrigada.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – O Morador de Rua no Contexto de uma Sociedade Excludente.	
1.1 Morador de Rua na História.....	11
1.2 O Morador de Rua na Bibliografia.....	15
1.3 O Morador de Rua: o “avesso” do trabalhador e do provedor da família.....	25
CAPÍTULO II – Assistência ao Morador de Rua no Contexto Brasileiro e Florianopolitano.	
2.1 Assistência ao Morador de Rua no Brasil.....	34
2.1.1 As Instituições Sociais: o Manifesto e o Latente.....	39
2.2 Assistência ao Morador de Rua em Florianópolis.....	43
CAPÍTULO III – O Projeto Abordagem de Rua e os Moradores de Rua de Florianópolis.	
3.1 Dados gerais sobre o Morador de Rua.....	50
3.2 As trajetórias de vida do Morador de Rua.....	53
3.3 Passado injusto, futuro incerto: no presente, a rua.....	65
3.3.1 Diversas trajetórias, um mesmo fim.....	65
3.3.2 Nascer, crescer e viver na rua.....	66
3.3.3 Amenizar o sofrimento, esquecer a solidão – álcool , a válvula de escape.....	67
3.3.4 A violência física e estrutural.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de duzentos anos Adam Smith escrevia *A Riqueza das Nações*, livro no qual fazia previsões de uma prosperidade universal, em que toda sociedade usufruiria das benesses do capitalismo. Passado esses duzentos anos, o que se verifica, no entanto, é justamente o contrário. O relato da ONU de 2001, versando sobre a pobreza no mundo, apontava a existência de 1,2 bilhões de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia.

No Brasil, esta realidade não é diferente. Dados do IBGE de 1992 indicavam a existência de 33 milhões de miseráveis. Em 2002 este número chegava próximo aos 50 milhões de pessoas vivendo com menos de 1 dólar por dia.

Mesmo em Florianópolis esta realidade não é diversa. Houve um aumento das áreas de intervenção social do município e uma extensão considerável do número de favelas nos últimos quinze anos.

Portanto, é neste contexto de grande exclusão social onde quase um terço da população brasileira se encontra em condições deplorável de existência, que o assistente social desenvolve sua prática. Seu olhar se volta para aqueles que, por si só, não conseguem reproduzir sua vida diária. Entre estes está o morador de rua adulto, objeto de estudo deste trabalho. O interesse por esse grupo populacional adveio do estágio realizado no Projeto Abordagem de Rua onde entrei em contato com moradores de rua. Este é, portanto um estudo de aproximação da realidade de

moradores de rua adulto, uma reflexão sobre o tema. Não teve como preocupação à realização de uma pesquisa nos moldes acadêmicos tradicionais. Despertou – me a atenção o fato de haver um único trabalho acadêmico abordando esta problemática na cidade de Florianópolis.

Para melhor compreensão do tema o primeiro capítulo apresenta o morador de rua adulto na história. Apresenta alguns dos diversos fatores que, em diferentes períodos históricos levaram uma parcela da população a utilizar a rua como moradia e como fonte de manutenção da vida. Apresenta ainda algumas respostas dadas pela sociedade ao longo da história, a problemática da mendicância. Ainda neste capítulo encontra – se uma análise da literatura produzida sobre o morador de rua adulto no Brasil e em Florianópolis. Prossegue com uma abordagem teórica sobre a constituição da família na sociedade burguesa e assunção e propagação, por parte desta, da ética familiar, que via o homem como chefe de família e provedor do lar. Analisa – se também as mudanças que vem ocorrendo no mercado de trabalho essencialmente nas últimas décadas do século XX, bem com os ajustes macroeconômicos e sua relação com o morador de rua adulto e com as políticas sociais, entre elas a assistência social.

No segundo capítulo tem – se uma análise do desenvolvimento da Assistência Social ao morador de rua adulto no Brasil e em Florianópolis traçando um histórico do modo como o Estado apresenta respostas à problemática, bem como um histórico das instituições e programas que foram sendo criados no Brasil, principalmente a partir de 1930, e em Florianópolis, a partir da década de 1980. Há ainda uma caracterização do estágio realizado no Projeto Abordagem de Rua.

O terceiro capítulo analisa os dados elaborados pelo Projeto Abordagem de Rua no período de dezembro de 2002 a abril de 2003, dados estes que contribuem para melhor entender como funciona o projeto e como se desenvolve a assistência social em Florianópolis, mas principalmente para melhor caracterizar o Morador de Rua Adulto do Município. Encerramos o capítulo com uma análise refletida sobre os relatos e trajetórias de alguns moradores de rua

abordados durante o estágio e que dão voz e vez a este seguimento excluído da sociedade.

Partindo de elucubrações sobre o tema, o estudo apresenta ainda uma conclusão que dentro de seus limites pretende apartar algumas respostas, sobretudo em relação à prática assistencial e a instituições.

CAPITULO I

O MORADOR DE RUA NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE EXCLUDENTE

1.1 O Morador de Rua na História

O morador de rua se tornou hoje um fenômeno comum aos olhos de quem anda pelo centro das grandes cidades do país e do mundo. Contudo, esta atitude de fazer da rua o local de habitação, trabalho, etc., seja por opção ou por falta de opção, não é um fenômeno dos tempos contemporâneos. É possível encontrar referência a este grupo populacional em diferentes momentos na História desde a Antigüidade até os dias de hoje.

Na Grécia Antiga, com a decomposição da sociedade arcaica, a consolidação da propriedade privada e a expropriação das terras comuns que pertenciam à coletividade, ocorre um grande êxodo de população despossuída para as cidades, vindo dar origem aos primeiros grupos de mendicantes e vacantes urbanos. Ainda na Antigüidade, mas agora em Roma, observa-se algumas características semelhantes. Os moradores de rua geralmente eram vítimas de despejos rurais, de guerras e provenientes de exércitos dissolvidos. Era todo um contingente populacional

sem terra e sem ofício, de mutilados, de doentes, que se desloca para a cidade sem outra alternativa a não ser a mendicância, a vadiagem ou a prática de atividades consideradas marginais. Observa-se ainda na Idade Antiga que a doença, a velhice e a morte dos leigos nem sempre se confinam ao ambiente doméstico. A pobreza citadina os joga nas instituições de caridade(SIMÕES JR. 1992, p. 21).

Durante a Idade Média, passa a ocorrer nas cidades a organização da mendicância profissional (aquela exercida com fins de poupança e não só de mera subsistência), com locais de reunião , linguagem e técnicas específicas. A Igreja nesse período adota uma postura ora incentivando essa prática (como quando da fundação das ordens mendicantes do séc. XII) ora condenando a mendicância profissional (no final da Idade Média e séc. XVI) por considerá-la como uma atividade não produtiva e “perigosa” aos olhos da ideologia do trabalho. Além do mais, em muitos casos, essa prática era possível de condenação por utilizar-se da farsa e da simulação como subterfúgio para se conseguir a esmola (SIMÕES JR. 1992, p. 21).

As atividades mendicantes têm um novo impulso entre os séculos XV e XVI com o desenvolvimento do capitalismo comercial e o fortalecimento das ligas corporativas que dificultam o livre acesso a todas profissões.

Neste período de transição do feudalismo para o capitalismo, principalmente entre os séculos XV e XVI, os camponeses que foram expulsos de suas terras com a dissolução das instituições feudais que garantiam sua subsistência e com a expropriação das terras comunais intermitente e violenta, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Sem serem absorvidos pelo mercado de trabalho esses camponeses transformaram-se em mendigos, ladrões e vagabundos. É nesse período que se verifica o surgimento de legislações contra a vadiagem.

Karl Marx nos apresenta uma série destas leis editadas na Inglaterra ao longo do século XVI, e que teriam começado no reinado de Henrique VII.

“Henrique VIII, lei de 1530. – Mendigos velhos e incapacitados para trabalhar têm o direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. (...); na segunda [reincidência] o culpado será enforcado como criminoso irrecuperável. (...)” (MARX. 1996, p. 851-2)

No primeiro ano do governo de Eduardo VI uma lei estabelecia a escravidão para quem se negasse a trabalhar permitindo ao dono do escravo o flagelo e o aprisionamento a ferro, além de poder-lhe vender, alugar, enforcar em caso de traição e marcá-lo a ferro em caso de fuga. Esta lei previa ainda que certos indigentes poderiam ser empregados por comunidades ou pessoas que tivessem a intenção de lhes dar de comer, beber e de arranjar-lhes trabalho (MARX. 1996, p. 852)

Elizabeth, 1572. – Mendigos sem licença e com mais de 14 anos serão flagelados severamente e terão suas orelhas marcadas a ferro (...) em caso de reincidência, se têm mais de 18 anos, serão enforcados (...).

Jaime I. – Quem perambule e mendigue será declarado vadio e vagabundo. [sendo preso e açoitado]. Os vagabundos incorrigíveis e perigosos serão ferreteados (...) e condenados a trabalhos forçados; se novamente forem surpreendidos mendigando, serão enforcados (...). (MARX. 1996, p. 852-4).

Conclui-se, portanto, que esta legislação tratava os mendigos como pessoas que escolhem propositadamente o caminho do crime, como se dependesse da vontade dele prosseguir trabalhando nas velhas condições que não existem mais, a exemplo do camponês que teve suas terras roubadas. Assim “a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida a vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura” (MARX. 1996, p. 854).

A tensa e não resolvida relação entre trabalho ou não trabalho e a assistência como

política governamental se expressa primeiramente com a Lei dos Pobres elizabetana do século XVII e se solidificam com a Lei Speenhamland no século XVIII, na Inglaterra.

Com a Lei dos Pobres instituída em 1662, a assistência era garantida mediante a comprovação do domicílio e incapacidade ao trabalho. De acordo com Polanyi (apud FERREIRA. 1999, p. 67) sob esta lei, “os pobres eram forçados a trabalhar com qualquer salário que pudessem conseguir e somente aqueles que não conseguiam trabalho tinham direito a assistência social; nunca se pretendeu e nem se concedeu qualquer assistência sob forma de *abono salarial*” (grifo do autor).

O princípio fundamental desta lei era estimular o trabalho como fonte de renda. A assistência deveria ter como horizonte induzir o trabalhador a manter-se por meio de seu trabalho. Os critérios eram de tal modo restritivos e seletivos que poucos conseguiam ter acesso às medidas assistenciais.

A Lei Speenhamland, instituída em 1795, garantia: um sistema de abono, em complementação aos salários e assistência aos trabalhadores, independente de critérios de domicílio ou de incapacidade.

Segundo Polanyi (apud FERREIRA. 1999, p. 68) a instituição deste sistema de abonos por esta lei (...)introduziu uma inovação social e econômica que nada mais era que o 'direito de viver e até ser abolida, em 1834, ela impediu efetivamente o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo.

A análise que Ferreira faz é que enquanto a Lei dos Pobres induzia o trabalhador a aceitar qualquer trabalho a qualquer preço, a Lei Speenhamland, ao contrário, protegia o trabalhador e lhe permitia 'negociar' o valor de sua força de trabalho, impondo limites ao mercado de trabalho competitivo em certa medida, freando ou reduzindo o ritmo de proletarização imposto pela revolução industrial.

A proletarização, neste caso, está diretamente ligada às formas capitalistas de

organização social do trabalho, ou seja, o trabalho assalariado. Dentro deste princípio, o homem, para sobreviver e sustentar sua família, deve fazê-lo com a venda de sua força de trabalho. Portanto, a revogação da Lei Speenhamland, em 1834, marcou o predomínio, no capitalismo, do princípio liberal do trabalho como fonte única e exclusiva de renda, deixando a assistência aos pobres para a filantropia.

Ainda na era industrial, durante o século XVIII e XIX em períodos onde ocorre escassez de mão-de-obra, há uma repressão generalizada à difusão das atividades ligadas à vagabundagem e à mendicância, uma vez que esses grupos agora se situam como pertencentes ao exército industrial de reserva, à categoria de lumpemproletariado.

1.20 Morador de Rua na Bibliografia

Morador de rua, população de rua, ou povo de rua, termos que traduzem uma designação de forma consensual na maneira de se reportar a um segmento da sociedade que determina o afastamento de um ser humano do convívio familiar, bem como o rompimento de diversos outros vínculos sociais, entre eles o emprego e a moradia. Tendo em vista a grande quantidade de termos que se referem, muitas vezes, ao mesmo grupo populacional e que impedem uma caracterização correta fugindo dos arquétipos arraigados no senso comum que os vê como mendigos, vagabundos e ladrões, passa-se, agora, a apresentar as abordagens sobre quem é o morador de rua efetuadas por algumas pesquisas em alguns Estados brasileiros.

Num trabalho que se propunha a analisar as respostas governamentais às necessidades básicas dos moradores adultos de rua alcoolistas de Goiânia (GO) definiu-se este grupo populacional como “aqueles indivíduos que não moram em habitações, ou seja, os sem-teto. Encontram-se na fase adulta de suas vidas e vivem nas ruas, geralmente, na condição de

indigência” (GOMES. 2000, p.770). O referido estudo partiu de uma análise comparativa entre dados do Serviço Social do Hospital de Urgência de Goiânia – HUGO e da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário – FUMDEC.

O primeiro realizado entre abril e outubro de 1997, deteve-se a 5% do total, correspondendo a 34 pessoas entre 680 pacientes dependentes químicos vítimas de atropelamento, agressão física e outros. Destas 34, 41,16% das pessoas, ou seja, 14 pacientes, sendo moradores adultos de rua e dependentes químicos. O segundo estudo realizado entre setembro e outubro de 1999, teve por objetivo levantar a realidade deste grupo populacional, tendo sido aplicado um questionário a 51 moradores adultos de rua.

Na análise comparativa dos dados foi possível estabelecer algumas características no que se refere ao morador adulto de rua, ficando evidente que a maioria encontra-se em plena idade produtiva, ou seja, entre 31 e 40 anos de idade, representando quase 30% dos entrevistados. Constatou-se ainda que a maioria é proveniente de outros estados indicando a condição de andarilhos.

Num grupo constituído por mais de 90% de homens, onde o álcool representa mais de 80% do tipo de dependência, outra constante é o rompimento com o vínculo familiar representado por 41,16% no primeiro estudo e 55,55% do segundo.

Outro dado a ser observado se refere a declaração dos entrevistados em abandonar, deixar a situação de morador de rua, uma vez que dos 14 entrevistados no HUGO 26,46% deram tal declaração e dos 51 entrevistados pela FUMDEC 76,47% fizeram o mesmo.

A análise comparativa dos dois levantamentos levou GOMES (2000, p. 778) a concluir que a maioria dos moradores de rua encontra-se nesta situação não por opção de vida, mas por condições adversas¹.

¹“É preciso abandonar a retórica romântica de apontá-los como pessoas livres que escolheram estar na rua como um exercício de liberdade apenas e ouvir o que dizem sobre o seu sofrimento e a vontade que alguns ainda expressam

Discutindo o papel das instituições de assistência social na afirmação do desvio e na estigmatização do desviante, em seu trabalho intitulado “Mendigos: por que surgem, por onde circulam, com são tratados?”, Marilene Di Flora, através do uso de questionários traçou um perfil dessa população. Esta pesquisa deu-se numa instituição assistencial da região Oeste do Estado de São Paulo, cuja localização geográfica da cidade e suas características de centro rodoferroviário, segundo a autora, facilitam a intensa mobilidade de população, sobretudo o mendigo trecheiro, seu principal objeto de estudo, apesar de representar uma minoria entre os “usuários” atendidos pela instituição.

Neste estudo onde foram realizadas quarenta entrevistas, durante 60 dias de estágio na referida instituição, com representantes típicos da amostra, ou seja: “indivíduos sem residência fixa, adultos de ambos os sexos, freqüentemente utilizando-se da esmola e do assistencialismo como meios de manutenção da vida” (DI FLORA. 1987, p. 96) a autora delineou as seguintes características do mendigo trecheiro que circula pelas cidades do oeste paulista: “trabalhador rural antes de ser mendigo, em regra do sexo masculino, analfabeto em sua maioria, solteiro e sozinho em sua maior parte, utilizando-se freqüentemente da esmola e da assistência”.

Foi possível constatar ainda que 70% dos entrevistados já se encontrava há mais de cinco anos vivendo do pedido e que 45% tem como vício a bebida.

Apesar de não ter perguntado aos entrevistados, a autora apresenta como fator responsável por estarem no “trecho” a forma como o capitalismo se desenvolveu nas regiões periféricas, assim: “ a própria dinâmica do capitalismo periférico que envolve momentos de expansão e retração favorece o aumento da miséria e da população mendiga, que excluída das formas de trabalho existente, se vê obrigada a mendigar para se auto reproduzir.” (DI FLORA. 1987, p. 21)

E também como resultado da expansão das relações capitalistas de produção no

campo, ou seja,

à medida que a agricultura se mecaniza em decorrência da própria acumulação, trazendo menor necessidade de mão-de-obra, torna-se mais vantajoso para o capital a exploração de mão-de-obra pelo salariado. Nasce o diarista e o 'bóia-fria', (...). Residem na cidade e caracterizam-se como volantes do campo. (...) [são] pessoas desprovidas de condições de trabalho no campo e rejeitadas pelo mercado de trabalho urbano, vivenciando padrões baixíssimos de vida e apresentando-se disponíveis para qualquer tipo de trabalho.(...).(DI FLORA. 1987, p. 35)

Referindo-se a este mesmo grupo populacional, Felipe Brognoli realizou, na região da Grande Florianópolis, um estudo onde objetivou traçar um perfil etnográfico dos moradores de rua, resultando em sua tese de mestrado “Trecheiros e Pardais: Estudo Etnográfico de nômades urbanos”. Nesta pesquisa, que ocorreu de janeiro a agosto de 1994, o autor conviveu com grupos de moradores de rua que se auto diferenciavam entre trecheiros e pardais. Portanto, para se ter uma melhor clareza de quem é o morador de rua de Florianópolis cabe aqui estabelecer a diferença entre ambos.

As definições acerca dos trecheiros segundo depoimentos colhidos ao longo da Rodovia BR 101 em vários pontos do trecho compreendido entre os municípios de Palhoça, ao Sul, e Biguaçu, ao Norte de Florianópolis, giram em torno de três eixos principais: “um espacial, outro moral, e um terceiro temporal”. (BROGNOLI. 1996, p. 58).

O primeiro diz respeito a mobilidade, separando trecheiros e pardais segundo o trajeto percorrido, uma vez que estes adotam percursos estabelecidos e relativamente pequenos se comparados aos trecheiros, que em regra, deslocam-se de cidade para cidade, de Estado para Estado e até de país para país, em busca de melhores condições de vida, trabalho, entre outras coisas.

A população migrante, adulta e em situação de rua em Florianópolis, busca emprego nesse pólo turístico, porém tem grandes dificuldades para inserção no mercado de trabalho. (...) apresentam baixo nível de escolarização, pouca ou nenhuma qualificação profissional (...). Grande parte da população adulta de rua é formada por migrantes, que vão de município em município, em busca de emprego. Ao encontrar uma realidade totalmente adversa àquela esperada, passam a alojar-se nas ruas, embaixo de pontes, passarelas, etc. (...). (FRANZONI. 2002, p. 43-4).

O segundo eixo “refere-se a uma qualidade moral que associa honestidade e apego ao trabalho aos TRECHEIROS, na voz destes mesmos, enquanto os atributos opostos são dirigidos aos PARDAIS, referidos como mendigos, vagabundos e, o que seria pior, ladrões, aproveitadores 'parasitas' (BROGNOLI. 1996, p. 58). O trecheiro “teria” maior valor moral por não estar “imóvel” e por não viver unicamente do pedido como fazem os pardais.

O último eixo, que se refere ao caráter temporal, associa as qualidades morais aos trecheiros do passado e fica melhor explicitado nas palavras de Plácido, um trecheiro entrevistado por Brognoli numa instituição de assistência social vinculada a Prefeitura Municipal de Curitiba chamada Fundação Rural de Educação e Integração – FREI: “naquele tempo eles n'um diziam trecheiro, diziam os viajante; os viajante tão andando(...) Hoje em dia o que têm de malandragem, o que tem de ladrão, até bandido tem. (...) Primeiro era gostoso, cê andava, cê ia, não tinha problema nenhum, não tinha essa bandidagem que existe; (...) Hoje em dia é mendigo, é indigente, é vagabundo é tudo.”(BROGNOLI. 1996, p. 55-6)

Assim dentro destes três eixos – mobilidade-trabalho-honestidade – poderia-se definir o trecheiro como alguém que está em constante movimento², tem apego ao trabalho³ e é

²Di FLORA, valendo-se dos relatórios de 1980 a 1985, da instituição de assistência social que foi alvo de sua pesquisa, constatou que de 53.325 entrevistas realizadas nestes cinco anos, 23.735 correspondiam a casos novos enquanto que 27.591 correspondiam a retornos, e que a grande maioria já havia “transitado pela instituição mais de três vezes, encontrando-se mesmo cliente que já se utilizaram dos recursos assistenciais por mais de vinte vezes. (...) O passe ferroviário [doado pela instituição] representa o instrumento através do qual a população se locomove [e] favorece a circularidade do cliente [que coincide com o percurso do trem] possibilitando o mesmo a muitos deles a permanência na situação de marginalidade.” (1987, p. 84-6)

honesto, como se auto apregoam.

Traçado as principais características dos trecheiros passa-se, agora, a descrever o outro grupo denominado de pardais. Estes, assim denominados porque, como as aves de mesmo nome, nunca se afastam de seus ninhos, circulando sempre pelos mesmos locais de modo a conseguir satisfazer suas necessidades. Em Florianópolis, durante a pesquisa realizada por Brognoli, este grupo reunia-se em diferentes lugares do centro da cidade como: a Praça XV, a rua Acipreste Paiva, sob a marquise do prédio do INSS, a Praça Getúlio Vargas, no Largo da Alfândega, no Mercado Público e no Aterro da Baía Sul. Aos olhos do trecheiro o pardal é aquele que está: “sentado na praça (...) é aquele que *ocê* passa ali hoje ele tá, se passa 1º de janeiro ele tá, 31 de dezembro ele tá ali também, só faz aquele rodeio...”⁴

Por detrás deste simplismo com que o pardal é visto desenvolve-se toda uma trama de relacionamentos desde a forma como se consegue o alimento até as diferentes formas de moradia.

Movem-se de acordo com as oportunidades fortuitas, apreendidas caso a caso, deslizando entre regras e valores sociais, tornando aquilo que seria desfavorável em vantagem, isto é, revirando os códigos em seu proveito. (...) a formulação do pedido no acharque levará em conta certos 'pontos fracos' do doador a fim de desfazer sua resistência em dar algo; a sinceridade e a mentira serão utilizadas na medida e no momento que se julgar conveniente e assim por diante (BROGNOLI. 1996, p. 121).

O seu cotidiano é rodeado de expressões, seu dia-a-dia se mescla num constante representar, sua vida se desenrola num jogo de relações que lhos permitem reproduzi-la. A fim de

³“(...) o apego ao labor aparece quase sempre subordinado 'as exigências de manutenção da mobilidade: trabalho temporário, sem vínculo empregatício, sem registro em carteira (...) O trabalho eventual é o modo como os TRECHEIROS se apropriam deste que seria uma forma de sedentarização, produzindo nele uma inversão (...) o trabalho se torna um modo de se manter em movimento porque através dele se obtêm recursos suficientes para a subsistência na estrada por um determinado período.”(BROGNOLI. 1996, p. 125).

⁴Essa fala é de Nilso, um trecheiro entrevistado por Brognoli no FREI.

atingir este objetivo, as principais atividades do dia serão o manguieio e o agá. O primeiro, também chamado de **acharque**, tem como elemento principal a verbalização, onde o indivíduo conta uma história de cunho dramático ou enfatiza uma situação de sofrimento. Já o agá relega a história, envolvendo normalmente uma teatralização. Estas duas atividades são realizadas geralmente quando se está só e tem como principal objetivo conseguir dinheiro para o **goró**.

O **goró**, expressão que se refere a bebida alcoólica, é o elemento principal nas relações, e em torno dele muitas atividades são organizadas, uma vez que muitos andarilhos apresentam dependência em relação ao álcool. A falta deste, impele os sujeitos a uma busca constante a fim de inibir os sintomas de abstinência manifestos nas convulsões. O álcool é, ainda, apontado como causador da ruptura das relações familiares e dificultador da permanência prolongada nos empregos. Mas a necessidade do álcool não está ligada unicamente as exigências impostas pela dependência, ela:

se amplia como suporte da vida cotidiana desenrolada em público – redução da inibição –, como máscara para o desempenho de papéis (no **acharque** (grifo do autor), por exemplo); como 'anestésiante' das condições duras de vida na rua – o frio, a fome e as lembranças ruins – e (...) como reforçador dos laços interpessoais, sempre flutuantes e que, por sua vez, refletem a dinâmica ciclotímica dos efeitos da bebida. (BROGNOLI. 1996, p. 164)

No que se refere a escolha de um local para dormir, os pardais levam em conta certos critérios de segurança e de proteção. Em função disso, procuram lugares onde haja alguém que possa tomar conta deles por toda a noite, como, por exemplo, depósitos de lojas. As casas abandonadas, os baixios de pontes e viadutos e locais públicos, são lugares freqüentemente utilizados para pernoite, chamados por eles de **mocós**. Podem recorrer ainda a casas de familiares, caso mais comum entre as mulheres.

Apesar das constantes diferenças existentes entre trecheiros e pardais é possível

estabelecer algumas semelhanças. Ambos fazem parte de uma massa estruturalmente miserável, que dificilmente será absorvida pelo mercado de trabalho. Há nos dois grupos, uma recusa em prender-se nas malhas de uma vida social hierarquizada e na divisão social do trabalho, cumprindo nelas aquelas ocupações inferiores e pior remuneradas.

Nesta pesquisa, o autor não trabalhou com dados estatísticos e nem fez levantamentos acerca de quantos são, de onde vieram, etc., mas demonstrou uma preocupação em saber quais os motivos que levaram tanto trecheiros quanto pardais a romperem os laços familiares, entre outros vínculos sociais. No convívio quase que diário, ele percebeu que à medida que o relacionamento entre pesquisador e pesquisados ganhava maior proximidade os motivos apresentados por estes eram gradualmente modificados. Assim, o morador de rua aparece, num primeiro momento, como alguém que sofre uma ação, deslocando para outros sujeitos ou circunstâncias a responsabilidade por estar no trecho sendo, portanto, vítima da traição da esposa ou do sócio, da cobiça de irmãos, ou mesmo do destino. Em outros momentos a sua situação é apresentada como resultado de seus próprios atos.

Uma vez que a maioria dos entrevistados apontavam o conflito familiar como responsável por sua atual condição de morador de rua o autor concluiu que esta alegação “parece figurar como uma razão plausível, talvez inquestionável, e que dirime as possíveis suspeitas de quem lhes interpela: por que vive desta maneira?”(BROGNOLI. 1996, p. 89). Portanto, tal narrativa pode ser entendida como uma legitimação de sua condição.

Semelhante constatação tiveram também os membros da pesquisa que resultou no livro “População de Rua: quem é, como vive, como é vista”, levando-os a adotar como estratégia não uma pesquisa amostral realizada diretamente na rua mas sim a aplicação de questionários, entrevistas e discussões com os grupos atendidos pelos serviços prestados pela Secretaria Municipal do Bem Estar Social – Sebes da cidade de São Paulo ou por instituições vinculadas a ela.

A opção por essa estratégia (...) pautou-se pela ponderação de que seria difícil a obtenção de informações fidedignas junto a esta população, que, em função do risco constante de repressão e remoção, tende a apresentar um discurso pronto, justificador de sua permanência nas vias públicas, omitindo dados reais a respeito de sua história. A pesquisa na instituição não elimina o risco de informações incorretas já que a expectativa de atendimento leva também os indivíduos a dizerem o que parece plausível para a instituição (VIEIRA; BEZERRA; ROSA. 1994, p. 62)

Esta pesquisa, realizada na primeira quinzena de maio de 1991 nas regiões centrais da cidade de São Paulo, teve como objetivo conhecer o número de pessoas dormindo nas ruas da cidade. Tarefa um tanto difícil em se tratando de uma população bastante móvel, muitas vezes não se utilizando do mesmo local para o pernoite. Apesar disso foram identificados 3392 pessoas em 329 pontos de pernoite.

Coincidentemente às outras pesquisas constatou-se que a maioria deste grupo era formado por homens (90%), solteiros em grande parte, vivendo sozinhos ou em grupos. Referente ao total das 3392 pessoas foi possível concluir que esta se encontra, em sua maioria, entre os 30 e os 39 anos de idade, utilizando-se em grande escala de ruas e avenidas para o pernoite (em pontos existentes a mais de cinco anos), carregando consigo os seus pertences sendo que apenas 13% do total são analfabetos ou semi - alfabetizados.

Constatou-se ainda que à proporção que aumenta o tempo de permanência na rua diminui a frequência dos contatos com os familiares assim como provoca um gradativo afastamento do mercado de trabalho formal.

O que esta pesquisa traz de novo é a distinção entre estar na rua e ser da rua. Destarte a rua pode ter dois sentidos: o de se constituir num abrigo para aqueles que, sem recurso, dormem circunstancialmente nos diferentes locais usualmente utilizados para este fim ou pode constituir-se num modo de vida permanente para aqueles que já têm na rua o seu hábitat. Apesar de que nos dois sentidos a rua é utilizada como abrigo ou moradia, o que diferencia o

circunstancial do permanente é o grau de maior ou menor inserção no mundo da rua. Desse modo tem-se: o ficar na rua; o estar na rua e o ser da rua.

Ficar na rua (grifo do autor) reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pagar pensão, não consegue vaga em um albergue, pode ser fruto de desemprego, especialmente na construção civil, quando, junto com o trabalho se perde a moradia no alojamento da obra. Há também os que, recentes na cidade, não conseguem emprego e não têm para onde ir (...) Rejeitam violentamente a identificação com o morador de rua, (...)

Estar na rua (grifo do autor) expressa a situação daqueles que, desalentados, adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadoras. Começam a estabelecer relações com pessoas da rua e conhecer novas alternativas de sobrevivência. (...) Tentam se diferenciar dos moradores de rua apresentando-se como trabalhadores desempregados.

Ser da rua (grifo do autor) (...) É o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte. O cotidiano passa a ser pautado por referências como as *bocas de rango* (grifo do autor), instituições assistenciais, determinados lugares da cidade onde se reúnem as pessoas na mesma situação. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, (...) (VIEIRA; BEZERRA; ROSA. 1994, p. 94).

Nas duas primeiras situações a rua e outros lugares de pernoite, como albergues e mesmo pensões, podem ser utilizados alternadamente, uma vez que estas pessoas buscam emprego ou mesmo bicos que lhes permitam reverter tal situação. É possível ainda que o indivíduo saia definitivamente da rua. Mas, à medida que passa a dormir constantemente na rua, entregue à condições precárias de higiene, se alimentando de forma irregular, o indivíduo vai sofrendo um processo de desgaste físico e mental, agravado pelo uso contínuo do álcool, fatores que impossibilitam-no de conseguir um emprego.

Pode-se constatar até o momento que este grupo populacional denominado de uma forma genérica de “morador de rua” é, na verdade, formado por diversos segmentos com características heterogêneas dependendo do tempo de permanência na rua e do convívio que cada

um possui com essa realidade.

Para José Geraldo Simões Jr. (1992), num estudo sobre o morador de rua de São Paulo, fariam parte deste grupo, de uma forma genérica, o mendigo profissional (que tem por objetivo poupar e não só a sobrevivência), o andarilho, o alcoolista, o deficiente físico ou mental. Estas pessoas teriam sido excluídas ou optado por essa forma de sobrevivência. Tem-se, ainda, vítimas do desemprego e da recessão assim como migrantes, recém-chegados a cidade de São Paulo, recém-desempregados ou despejados.

1.3 Morador de Rua: O “Averso” do Trabalhador e Provedor da Família

Após a Revolução Industrial ocorrida em meados do século XVIII, a família passa a exercer papel fundamental na aceitação, por parte do trabalhador, da disciplina imposta pelo industrialismo. Com o trabalho organizado nas fábricas, o trabalhador perde sua autonomia em relação ao tempo e a produção. Estes passam a ser controlados pelo patrão. Numa sociedade onde a ordem econômica se baseia na produtividade do trabalho como fonte de maximização dos lucros é necessário a existência de uma base ideológica que incentive uma vida ascética, voltada para o trabalho.

A própria continuidade da produção capitalista dependia do desenvolvimento de um contingente populacional que, por meio da educação, da tradição e do hábito, aceitasse as condições produtivas e sociais do capitalismo com leis evidentes naturais (MARX, 1985, p. 854).

A família, em conjunto com outras instituições sociais, participou na criação de condições materiais e ideológicas para o triunfo do industrialismo. Assim, “o processo de implantação da família nuclear moderna sedimenta a figura do chefe de família, *provedor do lar*

(grifo meu), e a polarização da vida social em torno do trabalho e da família (...). (COLBARI, 1995, p. 14). Processo que se constituiu contemporaneamente à industrialização, à urbanização e ao liberalismo juntamente com o aburguesamento das famílias das elites urbanas.

No Brasil o processo de universalização de uma ética familiar originária das classes médias e das elites urbanas, foi fundamental a propagação ideológica do familismo⁶

“realizada pelas diferentes correntes de pensamento que dominavam o cenário intelectual brasileiro no interregno entre o final do século [XIX e início do XX]. Entre elas, as doutrinas católica e positivista, (...), foram incisiva na pregação de uma moral familiar baseada na hierarquia e na atribuição de papéis: *o homem provedor e chefe da unidade familiar* (grifo meu), e a mulher, esposa-mãe-dona-de-casa, submissa, fiel e obediente à autoridade masculina.” (COLBARI, 1995, p. 28-9).

Não diferente da Primeira República, o Estado Novo, inaugurado em 1937 por Getúlio Vargas, centrará suas ações na família. Elegendo o trabalho como princípio do valor social dos indivíduos e dos critérios de justiça social, tornou-se “imperativa a necessidade de concessão de benefícios econômicos e sociais (materiais e simbólicas) que assegurassem o bem-estar e a dignidade moral dos trabalhadores.” (COLBARI, 1995, p.61).

O que se evidencia com a Constituição Trabalhista de 1937 é que o trabalho passa da categoria de mero artifício de sobrevivência à categoria de dever social. Portanto o trabalhador torna-se merecedor de garantias e de proteção do Estado, uma vez que o trabalho é um meio de servir à pátria e responsável pela sobrevivência desta. A legislação social desse período estava destinada a amparar o trabalhador e sua família.

A política educacional, cujo conteúdo pedagógico enfatizava valores como

⁶“Ao mesmo tempo que exteriorizava novas sensibilidades, a família interiorizava-se na valorização da privacidade. Incorporava o *ethos* (grifo do autor) individualista, alimentando a ilusão da autonomia e da opção individual, decorrente de um processo de não sedimentação das práticas de poder e de disciplina despersonalizadas, invisíveis e não identificáveis.” (COLBARI, 1995, p. 28).

disciplina, retidão moral, amor ao trabalho e patriotismo; a regulamentação jurídica do trabalho feminino, que protegia a mulher em sua condição de mãe e não como trabalhadora; e as políticas sociais como o salário mínimo, habitação e alimentação; todas elaboradas sob o Estado Novo, “explicitam as intenções reais das autoridades públicas da época: disseminar e proteger um certo tipo de família que *consagrava o homem como chefe e provedor do grupo familiar* (grifo meu) e a mulher como mãe e administradora do lar (...)” (COLBARI. 1995, p. 65).

De acordo com Colbari (1995, p. 112) o perfil da família trabalhadora atual define-se pela: “existência de um modelo de família que se amplia para abrigar parentes ascendentes ou descendentes; uniões legitimadas juridicamente e casamento indissolúvel, a não ser em caso de transgressão dos códigos morais que cimentam os papéis sexuais (infidelidade da mulher ou *incompetência masculina no exercício da função de provedor da família*) (grifo meu); divisão do trabalho assalariado e doméstico assentada na divisão dos papéis sexuais – homem/provedor e mulher/dona-de-casa; (...)”.

Entretanto na Europa esta estrutura familiar fez-se possível “a partir do momento em que o salário do homem tornou-se suficiente para garantir a reprodução econômica da mulher e dos filhos (...) (HELLER, 1987, p. 09), mais precisamente no final do século XIX. No Brasil esta realidade concretiza-se, a partir das políticas sociais do Estado Novo, que protegia a família sim, mas à custa do disciplinamento e da desmobilização da classe trabalhadora além de cooptar os sindicatos, dissipando as greves e a luta de classes. Assim a estabilidade da vida familiar depende, essencialmente, da situação do homem no mercado de trabalho”. Esta situação apesar do processo e reestruturação produtiva atual e do ingresso maciço das mulheres no mundo do trabalho continua um valor de suma importância.

Assim, quando o papel de provedor está ameaçado seja por uma desqualificação profissional ou mesmo pelo desemprego “ele passa a ser alvo de pressão por parte da família, bem como do mercado de trabalho. Este é um dos caminhos possíveis de chegada até à rua,

momento em que o trabalhador, sob essa pressão, rompe os vínculos com a família e o trabalho, atravessando o limiar tênue que no imaginário social estabelece os parâmetros de uma ordem legítima de vida” (Vieira; 1994).

A ética de provedor que leva os membros da família a aceitarem a disciplina do trabalho fica comprometida em contextos econômicos e sociais que não permitem realizar as expectativas de consumo. Sem atingir este objetivo “muitas vezes as atividades marginais e criminosas apresentam-se mais eficientes” (COLBARI. 1995, p. 239). O refúgio nas atividades marginais é fruto também de uma visão negativa do trabalho alimentado pelo choque entre os valores culturais da população pobre e os padrões de dominação no mercado de trabalho. (Zaluar apud COLBARI, 1995, p. 240). Esta fuga faz-se evidente quando um morador de rua, no momento do manguêio, ouve alguém lhe dizer “vai trabalhar” e ele reflete “para que trabalhar se ganho mais pedindo”.⁷

Portanto, a partir destas discussões apresentadas pode-se concluir que:

a tendência é o estabelecimento de um círculo vicioso. A permanência em ocupações marginais priva o indivíduo de condições e estímulo para a constituição de família perpetuando a sua marginalização econômica e social. Por outro lado a ausência de suporte familiar debilita a motivação para o engajamento em ocupações regulares e mais produtivas e desestimula a aquisição de qualificação profissional, reforçando as condições de marginalização. (Durhan apud COLBARI. 1995, p. 240)

Num estado de precariedade e miséria toda a atenção do morador de rua volta-se quotidianamente para a manutenção de sua vida, ou seja, alimentação, moradia e bebida. Presa a esta circularidade do dia-a-dia esta população tem poucas condições de compreender sua situação mesmo transformá-la. De acordo com Di Flora (1987, p. 116)

⁷É Fofão, um pardal com quem Brognoli manteve contato nas ruas de Florianópolis, que faz este relato comentando que: “não gosta quando vai pedi dinheiro para alguém e a pessoa é estúpida e lhe diz: 'vai trabalhar!'”(BROGNOLI. 1996, p. 137)

percebe-se uma acomodação como traço característico de seu comportamento. A qual, no entanto, é resultante das condições em que vive e não causa delas. Por outro lado, uma causalidade circular pode ser gerada, isto é, o estado de carência geraria a acomodação e a passividade e estas contribuiriam para a continuidade do estado de carência.

Nesta perspectiva é possível inferir que a estabilidade da vida familiar depende muito da situação do homem, enquanto provedor, no mercado de trabalho. Como vimos o papel de provedor tende a ficar ameaçado diante de uma desqualificação profissional ou mesmo do desemprego, tanto não é por acaso, que a população de moradores de rua é constituída em sua grande maioria por homens em idade economicamente ativa. Para entender esta situação é importante considerar as alterações que ocorreram no mundo do trabalho nestas últimas décadas, bem como suas implicações diretas no agravamento da miséria e indigência.

Atualmente o mundo vem passando por uma grande revolução tecno-industrial⁸ e consiste em que as capacidades intelectuais do homem são ampliadas e inclusive substituída por autômatos, que eliminam com êxito crescente o trabalho humano na produção e nos serviços. Diferentemente da Revolução Industrial do século XVIII, que conduziu a diversas facilidades e a um incremento no rendimento do trabalho humano, a atual aspira a total eliminação deste (SCHAFF. 1995, p. 22).

Cabe aqui ressaltar ainda que após a queda do Muro de Berlim e a posterior fragmentação da União Soviética, uma das principais conseqüências deste acontecimento no Ocidente foi o total desinteresse pela manutenção das políticas de bem estar social desenvolvidas nos países centrais do capitalismo e com reflexos nos países sob sua influência, inclusive no Brasil. Já no início dos anos 80 o governo Reagan, nos Estados Unidos, acenava para a redução nos gastos públicos e de várias iniciativas do Estado, com ampliação das importações entre outras

⁸Este conceito é apresentado por Adam Schaff (1995) baseado nas transformações da microeletrônica, da microbiologia e da energia nuclear, transformações estas evidenciadas sobretudo com a moderna técnica de guerra.

medidas. Este conjunto de medidas de cunho neoliberal tomam forma e expressão com o Consenso de Washington⁹.

Em relação ao mercado de trabalho nos países latino-americanos nos últimos cinquenta anos, Marcio Pochmann aponta dois movimentos muito distintos.

O primeiro localiza-se nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial quando predominou uma tendência de expansão do emprego assalariado regular e regulamentado, além da adoção de políticas de seguridade social e proteção trabalhista voltadas para o trabalhador urbano.

Em relação a este primeiro movimento Pochmann (1999, p. 51) escreve:

se por um lado os países desenvolvidos puderam beneficiar-se da situação de quase pleno emprego e de altos salários entre 1950 e 1973, por outro praticamente todos os países latino-americanos caracterizam-se pela ausência de políticas econômica e social voltadas essencialmente ao enfrentamento dos problemas do emprego.

Na década de 1960 observa-se na Europa Ocidental uma era de inesperada e disseminada prosperidade, assim como nos Estados Unidos, graças ao mais ambicioso programa de bem estar social da história americana. A década de 1960 ficou conhecida como a “Era de Ouro” ou Anos Dourados para os ocidentais do Velho Mundo industrializado e para os EUA. As décadas de 1950 e 1960 na Europa e Estados Unidos ficaram marcadas por um capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado, denominado de Política Econômica do Estado de Bem Estar Social (HOBSBAWN. 1995).

No Brasil o início dos anos 70 marcou o auge do regime militar. Entre 1967 e 1973, o acelerado crescimento da econômica resultava no chamado “milagre brasileiro”, o que

⁹O Consenso de Washington refere-se a um conjunto abrangente de medidas aplicadas de maneira padronizada nos países periféricos, por meio de políticas macroeconômicas de estabilização monetária e de reformas estruturais liberalizantes, que visam cortes nos gastos públicos e na manutenção dos serviços públicos essenciais, bem como, a transferência de setores lucrativos do Estado para a iniciativa privada.

intensificava o processo de modernização da sociedade. “Se isso trazia o alardeado crescimento da classe operária e das classes médias, incluía também efeitos perversos, como o aumento da pobreza e do subemprego (...).” (CARMO. 1998, p. 130).

O segundo momento apontado por Pochmann encontra-se entre o final dos anos 70 até os dias de hoje, onde

observa-se um movimento geral de precarização do mercado de trabalho. Com isso se quer enunciar a redução na capacidade de geração de novos empregos regulares e regulamentados, a destruição de parte das ocupações formais existente, a diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação da subutilização da força de trabalho. (1999, p. 52)

A década de 1980, marcada pela estagnação econômica acompanhada de altas taxas de inflação, dos impactos perversos dos planos de ajustamento macroeconômico, levaram a elevação das taxas de desemprego. “O crescimento de ocupações assalariadas sem registro formal e não-assalariadas, em pequenas empresas, deu maior amplitude aos segmentos econômicos pouco organizados e à precarização do mercado de trabalho, simbolizando um quadro recente de piora no padrão de uso e remuneração da força de trabalho”. (POCHMANN. 1999, p. 52).

Cabe ressaltar que o fenômeno de subutilização da força de trabalho foi se ampliando significativamente. De acordo com Marcio Pochmann (1999, p. 53-4) a falta de estímulo à criação de empregos regulares e regulamentados possibilitou a elevação das taxas de desemprego aberto e de ocupações atípicas. “O efeito combinado da queda no nível do emprego formal e no poder aquisitivo do rendimento assalariado resultou na redução do padrão de vida das classes trabalhadoras.”

Para o autor “a piora na distribuição da renda e o crescimento das ocupações informais demonstram estar associadas aos programas de ajustes macroeconômicos e de mudança

no padrão de competitividade e nos sistemas de proteção social implementados no período recente nos países da América Latina. (...). Em síntese, o mercado de trabalho após 1980 registrou o agravamento da pobreza e da indigência.” (POCHMANN. 1999, p. 54).

Suas análises levaram-no a constatar que para os países que historicamente não conseguiram debelar as formas tradicionais de exclusão social (subemprego, baixos rendimentos e informalidade), somadas às novas formas de exclusão (desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições e das relações de trabalho) quando não adequadamente enfrentadas, tendem a consolidar sociedades claramente apartadas. Quando programas sociais deixam de buscar como meta o atendimento universal da população, sendo restritos pelos ajustes macroeconômicos – corte do gasto público, privatização, focalização dos recursos e descentralização das ações –, ressurgem com maior relevância as medidas de caráter mais assistencial. Essas, todavia, parecem insuficientes e inadequadas ao tratamento das novas formas de exclusão (POCHMAN. 1999, p. 49).

Frente aos ajustamentos macroeconômicos os projetos de políticas sociais comprometidas com a busca da qualidade de vida nos sistemas de proteção social, a universalização da cobertura e o avanço da oferta dos serviços foram comprometidos. O crescimento da pobreza, por conseqüência o aumento da demanda por serviços sociais básicos se deram paralelamente ao processo de redução de recursos e de deterioração dos sistemas de seguridade social. “O fortalecimento de programas assistenciais influenciou a mudança na composição do gasto social, com elevação dos recursos nas áreas assistenciais e redução em áreas universais (educação e saúde)”. (POCHMAN. 1999, p. 62)

Análise de Pochmann serve para demonstrar que as políticas de ajustamento macroeconômico contribuem para a precarização das políticas assistenciais. São ineficazes diante das transformações do mundo do trabalho como, por exemplo, o aumento do segmento não organizado, ou seja, não sindicalizado, não registrado, não amparado, situação esta que favorece

o aumento do desemprego e conseqüentemente o crescimento da subutilização da mão-de-obra.

Não se pode esquecer que o morador de rua é constituído historicamente, portanto constituído ao longo do processo de precarização da força de trabalho, processo que se intensificou ao longo do decênio 1980 – 1991. Mesmo período que pessoas com uma renda familiar inferior a um salário mínimo, depois de ter se dirigido para as favelas e periferias, começa a chegar nas ruas.

CAPÍTULO II

ASSISTENCIA SOCIAL AO MORADOR DE RUA NO CONTEXTO BRASILEIRO E FLORIANOPOLITANO

2.1 Assistência ao Morador de Rua no Brasil

Abordar a problemática do morador de rua implica em abordar as formas como a sociedade vê, discute e apresenta soluções ao problema, bem como discutir se as respostas apresentadas se realmente solucionam o problema ou apenas escamoteiam a realidade. Implica ainda fazer alguns questionamentos sobre as instituições assistenciais e a prática do assistente social, tais como: Que fazer numa instituição para corresponder aos interesses populares sem ao mesmo tempo perder o emprego e sem cair no assistencialismo e no controle da população? Quais as brechas e as alternativas da prática? Qual a perspectiva teórica que possibilite visualizar a mudança do cotidiano nas instituições? E principalmente: as instituições não fazem somente o controle do usuário?

Na tentativa de lançar luzes sobre as brumas que pairam sobre o assunto passa-se agora a um breve histórico da assistência e das instituições de assistência no Brasil.

Entre o último quartel do século XVII até meados do século XIX, as obras de assistência aos “desafortunados”, ou seja, pobres em geral, indigentes, órfãos, enfermos,

alienados, delinquentes, etc, estavam impregnadas pelo espírito de perseverança e benemerência, predominando a caridade cristã como norma orientadora da ação destas obras sociais. Ao longo deste espaço de tempo, as obras sociais tratavam de recolher parcela da população pauperizada das ruas, praças, logradouros, abrigando-as em suas instalações. As preocupações se restringiam a ações beneficentes e caritativas, não havendo preocupações preventivas. Nesse período a assistência e repressão confundiam-se (CASTRO e ABREU. 1985, p. 51). A administração pública encontrava-se impossibilitada de concretizar uma política previdenciária, incipiente que fosse, dirigida à população pauperizada. A assistência à pobreza não era uma prática que se inserisse no raio de ação do Estado.

Perante a isenção do Estado é a iniciativa privada que passa a colaborar com a ação filantrópica. Nota-se também na segunda metade do século XIX

a introdução e presença constante de higienistas nos problemas de assistência à pobreza, aliada ao desenvolvimento de novas concepções pedagógicas, incitarão à transformação da filantropia caritativa em filantropia higienista. [Passa-se a] organizar as instalações, mediante a racionalização dos recursos técnicos, materiais e humanos. (...).Assistência e repressão, embora referidas uma à outra, distinguíam-se. Agora, assistência e prevenção associavam-se (CASTRO e ABREU. 1985, p. 52).

A fundação, desenvolvimento e funcionamento das associações que nasceram com fins beneficentes durante o século XIX ficaram marcadas pela indistinção entre o público e o privado.

As obras sociais existentes no Período Imperial embora organizadas de modo privado e como resultado da ação missionária cristã, passam a exercer funções próprias do Estado Moderno. Foram estas instituições que encarregaram-se do controle da circulação entre as pessoas, recolhendo das ruas aqueles indivíduos considerados socialmente perigosos.

Passado esse primeiro momento no qual se tem uma filantropia ora caritativa ora higienista e uma assistência ora repressiva ora preventiva, chega-se ao século XX com o Estado, mais precisamente a partir de 1930, assumindo o Serviço Social, uma vez que este é um mecanismo de ação do Estado acionado fundamentalmente nas conjunturas de crise.

A crise mundial capitalista de 1929 fez com que o Estado pós Revolução de 1930, que levou ao poder Getúlio Vargas, se reorganizasse e assumisse a função intervencionista e planificadora. “A prática do Serviço Social, que se dava até então em aparelhos institucionais de natureza privada, passa a se dar em instituições públicas e paraestatais criadas nessa época. O Serviço Social amplia sua área de ação e assume a execução das políticas assistenciais emanadas do Estado.” (BELFIORE. et al., 1985, p. 73).

Durante o governo de Getúlio Vargas apresenta-se dois momentos distintos no tratamento da questão social. Após 1930, a questão social foi reconhecida como legítima. Diferentemente do período anterior do início da República até 1930 quando a questão social era considerada caso de polícia, a partir de 1930 transforma-se numa questão política que requer soluções mais sofisticadas. A preocupação do Estado foi extinguir a violência na solução dos conflitos, zelando pela ordem pública e pela paz social, este comportamento do Estado ocorreu como reflexo da expansão e consciência do movimento operário que intensificava suas lutas reivindicatórias. O Estado, então, promoveu, pela legislação trabalhista, a garantia de alguns direitos básicos da classe trabalhadora¹⁰. Entre 1930 e 1937 é criado o Instituto de Aposentadorias e Pensões como exemplo de uma instituição prestadora de assistência social.

O outro momento inicia-se após 1937 com a implantação do Estado Novo, instaurando um governo ditatorial. A questão social no período 1937/1945 volta a ser tratada como caso de polícia, mas não era uma questão ilegal. Novas medidas de proteção ao

¹⁰Entre as leis editada tem-se: lei de férias, jornada de trabalho, repouso remunerado, regulamentação do trabalho feminino.

trabalhador¹¹ são assumidas pelo Estado, medidas estas que revelam uma efetiva melhora no tratamento da questão social, mas que por outro lado apontam na direção de maior intervenção do Estado no movimento sindical, através da Legislação Sindical, que visava um controle rígido das organizações trabalhistas.

As instituições assistenciais previdenciárias de saúde pública e seguro social, que começam a se desenvolver a partir da década de 1920 pela ação estatal, ampliam - se neste momento e passam a atuar sobre as seqüelas da exploração capitalista, mantendo intocadas as condições de trabalho e de vida da população, atenuando apenas seus aspectos mais gritantes (BELFIORE, et al. 1985, p. 81).

Data dessa época a chamada Lei dos Dois Terços, “que determinava o alistamento de desempregados nas delegacias de recenseamento do Ministério do Trabalho ou nas Delegacias de Polícia, a fim de serem encaminhados às ocupações que lhes eram convenientes, principalmente no campo (...)” (Carone apud COLBARI. 1995, p. 64).

Para Colbari essa lei constituía - se, na verdade, em mais um mecanismo de controle da classe operária, uma vez que o não alistamento sujeitava os desempregados a processos por vadiagem, semelhantes às famosas Leis dos Pobres, editadas na Inglaterra e que foram apresentadas anteriormente.

As primeiras instituições de Assistência Pública são criadas nesse período. Entre elas tem-se a Legião Brasileira de Assistência; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) entre outros.

Após 1945, quando o Brasil volta ao regime democrático, a questão social retorna como questão política desenvolvendo-se a concepção do Estado e do Bem-Estar Social responsável pelos cidadãos, havendo aumento dos gastos estatais nessa área. O enfrentamento da

¹¹Salário mínimo, férias remuneradas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, convenção coletiva de trabalho.

questão social pelo Estado se deu através da Educação, ampliação da previdência social, barateamento dos alimentos essenciais, combate à doenças endêmicas, e melhoria da habitação popular. Nesse período surgem o Serviço Social de Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), ambos em 1946. Em 1944 ocorre a organização de seções de Serviço Social em todas as instituições de previdência (BELFIORE, et al., 1985, p.81-2).

Com o Golpe Militar de 1964 a questão social voltou a ser tratada como “caso de polícia” e o Estado utilizava, para sua intervenção, o binômio repressão-assistência.

Nesse período destaca-se o processo de unificação das instituições previdenciárias através da criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS – (...) houve também a criação de novos mecanismos de poupança compulsória através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – (...). Nesse período foi criado o Sistema Financeiro de Habitação para aquisição da casa própria. (BELFIORE, et al., 1985, p. 84)

No entanto o que se verificou com essas políticas adotadas durante a Ditadura Militar foi uma progressiva exclusão da representação dos trabalhadores da gestão da previdência; significaram mais uma importante fonte de captação de recursos para investimentos na área econômica do que mecanismos de distribuição de renda; e no que diz respeito a habitação os investimentos não observaram uma estratégia social, havendo uma diminuição cada vez maior dos recursos destinados à habitação popular (BELFIORE, et al., 1985, p. 84-5).

Após este breve histórico da forma como o Estado vem tratando a questão da assistência social conclui-se que os poderes públicos, ao longo do tempo, nunca se detiveram em resolver especificamente o problema social inerente à existência dos moradores de rua. Em relação a cidade de São Paulo Simões Jr. escreve:

o que prevaleceu foram algumas referenciais de cunho segregador ou no máximo

assistencialista em relação ao homem de rua. Como por exemplo, aqueles dispositivos de ordem jurídica constante nos antigos códigos de postura e na legislação municipal onde esse grupo populacional é sempre identificado como composto ora por preguiçosos, improdutivos, inúteis, e degenerados; ora por deficientes, doentes e loucos; ou ainda por perigosos e criminosos. E a partir dessa estigmatização é que o Estado entra em cena, provendo um tipo de tratamento adequado a esse grupo a margem da sociedade: instituições de correção, hospitais psiquiátricos ou presídios. Até muito recentemente este foi o enfoque predominante. (1992, p. 43).

2.1.1 As Instituições Assistenciais: o manifesto e o latente

No estudo já referido de Marilene Di Flora, sobre uma instituição do Oeste Paulista, ao analisar o referencial teórico que se baseia na idéia de Patologia ou Disfunção Social¹² a autora concluiu que há uma diferença entre os objetivos propostos e os realmente alcançados pelas diversas instituições de assistência.

Dentro da idéia de patologia ou desvio social, de acordo com a autora

as instituições assistenciais ou repressivas surgem com a finalidade precípua de tratar, recuperar, integrar os comportamentos desviantes, ou seja, recambiá-los para os parâmetros da 'normalidade'. Essas instituições nascem como uma exigência da própria sociedade: se a nível manifesto seu cliente é o indivíduo desajustado, a nível latente, é a própria estrutura social que exige e coloca sobre ela a responsabilidade de recuperá-lo. Portanto os centros de mendicância se mantêm justamente porque seu cliente real não é o mendigo, mas a sociedade como um todo em relação à qual os objetivos são cumpridos. Portanto ao manifestar o interesse de recuperar o 'mendigo' na verdade estas instituições objetivam o controle e a repressão deste grupo populacional. (DI FLORA. 1987, p.46)

Desse modo “através de sua rotina, contribuem para a perpetuação da miséria e

¹²Cf. DI FLORA. op. cit. p. 39-46

reprodução da identidade que se propõe transformar.” (DI FLORA. 1987, p. 46). Isto fica claro, em relação a instituição estudada pela autora, ao ser analisado a distribuição dos passes ferroviários: num total de 53.326 entrevistas em 60 meses, foram oferecidos 30.888 passes. Em 1984, quase 70% dos entrevistados receberam o passe, ou seja, a doação do passe favorece a circularidade do usuário, possibilitando mesmo a muitos deles a permanência na situação de marginalidade, uma vez que se utilizam deste benefício por várias vezes e nem sempre seguem até o destino final da viagem. Muitos param em outras cidades para se utilizarem dos serviços assistenciais oferecidos por elas.

Cabe ressaltar ainda que, se em regra, o problema do mendigo é o desemprego, as instituições deverão ter condições dar subsídios, condições de manutenção e de auto-reprodução naquilo que é básico até o momento em que o mesmo pudesse se libertar e caminhar com os próprios recursos. Todavia o que se verifica é o contrário. Os centros de mendicância não têm condições para oferecer ao mendigo uma infra-estrutura como, por exemplo, abrigo temporário, alimento, vestuário, transporte, etc., que realmente possibilitem sua reintegração, participação como trabalhador e sua efetiva vinculação à sociedade.

No trabalho organizado por Vieira, Bezerra e Rosa, em análise à assistência social e políticas públicas elas apontam que as políticas sociais no Brasil têm funcionado ambigualmente na perspectiva de acomodar relações entre o Estado e a sociedade civil. “Desde logo, cabe observar que, no contexto das prioridades governamentais nos últimos vinte anos, essa políticas vêm-se caracterizando pela pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos.” (1994, p. 113).

Em síntese, o Estado ao fornecer um fluxo de serviços e bens necessários à sobrevivência dos trabalhadores, procura reforçar sua capacidade de impor à sociedade como um todo os interesses políticos e sociais das classes dominantes, bem como obter legitimidade em sua tarefa de administrar as desigualdades sociais. Na administração das desigualdades, o Estado, em

todos os âmbitos (federal, estadual, municipal), consagra políticas, ações e instituições para o enfrentamento da questão social. Veículos de uma face humanizada do sistema essas políticas, ações e instituições contribuem para que as classes exploradas tenham acesso a bens e serviços necessários à manutenção de sua sobrevivência (VIEIRA, BEZERRA, ROSA. 1994, p. 114).

Portanto, estas instituições sociais fazem parte de mecanismos reguladores da exclusão social e como tal estruturam-se em função de categorias especiais de usuários, que variam segundo o contexto econômico, político e social. Por esse modo, diante das diversas formas de carência que afetam aqueles que vivem na miséria, estas instituições apresentam respostas setorizadas, particularizadas que impedem de analisar a realidade dos excluídos como um todo.

Frente a esta análise observa-se que:

a política social no Brasil se mantém opaca, sem visibilidade, sem identidade, sem direção clara, germinando e proliferando numa caótica rede de instituições públicas produtoras de assistência e serviços sociais, que se apresentam marginais até mesmo para seus agentes técnicos. (Santos apud VIEIRA, et al., 1994, p. 115)

Com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – de 1993 (Lei 8.742, de 07 de dezembro) a assistência social assume o estatuto de direito de cidadania.

Vale ressaltar que a LOAS trouxe inovações para o campo da assistência social: criação de benefícios de prestação continuada a idoso e portadores de deficiência, que não tenham meios de prover sua própria sobrevivência ou de tê-la provida por sua família. Propõem ainda a criação de benefícios eventuais, serviços, programas de assistência social e projetos de enfrentamento a pobreza, que visam a melhoria das condições de vida da população. Contudo, a LOAS em seus objetivos, ela define seu público alvo quando prevê a proteção, a maternidade, à

infância, a adolescência, a velhice e ao portador de deficiência, a promoção e integração ao mercado de trabalho. Porém de acordo com Paiva (1993) “...a população está formalmente incluída, embora rigorosamente discriminada pelos mais diversos critérios de elegibilidade” ou seja, limita – se as prestações assistenciais apenas a segmentos considerados absolutamente incapazes ao trabalho: idoso e deficiente. Para as pessoas em condições físicas de trabalhar a assistência nem é cogitada. A Constituição é clara: para estes, o objetivo é “a promoção ao mercado de trabalho”. Diante deste contexto o que se constata, é que o morador de rua entre tantos outros fica fora dos critérios previsto na LOAS, até mesmo porque a maioria está em idade produtiva, “tendo condições de trabalhar”.

Destarte a política de assistência social tem a função de concretizar direitos sociais, sendo, portanto, imprescindível à participação do Estado na regulação, financiamento, provisão de bens e serviços, pois ao Estado compete justamente a função de garantir os direitos sociais. Assim, a política de assistência social, como componente da seguridade social, é uma política não contributiva – ao contrário da previdência social – não contratual, distributiva e desmercadorizável. Ao seu beneficiário não se requisitam contribuições prévias, contrato no mercado formal, ou outro tipo de renda. Trata-se de uma política de linha distributiva, portanto de inclusão (GOMES. 2000, p. 773).

Portanto está se vivenciando um período no qual se preconiza a minimização do Estado nas políticas públicas. Como já foi referido os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), realizados sob a égide do Consenso de Washington, estabelecem a privatização de setores lucrativos do Estado como saúde e educação. Numa concepção de Estado mínimo, o projeto neoliberal utiliza a assistência social de forma focalizada e residual, no intuito de reduzir gastos públicos e desmontar direitos universais, minimizando os serviços sociais.

2.2 Assistência ao Morador de Rua em Florianópolis

Florianópolis se tornou hoje o grande centro turístico do país. Capital do Estado de Santa Catarina vem apresentando nos últimos 20 anos um crescimento urbanístico e populacional bastante elevado, sendo que na última década este crescimento ultrapassou as demais regiões do Brasil. Atualmente tornou-se comum abrir o periódico semanário *Veja* e encontrar matérias enaltecendo o espírito acolhedor da cidade, o melhor clima, a pouca violência, etc.

Na edição 1805 de 4 de junho de 2003 da revista *Veja* encontra-se mais uma destas reportagens onde não faltam elogios. A introdução traz: “a capital catarinense ocupa um lugar singular no imaginário da classe média brasileira. É aquela cidade tranqüila, com os serviços de grande centro urbano que preservou certo charme interiorano. Ou seja, o local ideal para passar a aposentadoria à beira-mar.”

Fato surpreendente nesta matéria foi a comparação de Florianópolis com Miami, cidade litorânea dos Estados Unidos que, assim como Florianópolis recebe o maior número de pessoas aposentadas. Outro ponto que deve ser ressaltado diz respeito ao aumento considerado de imobiliárias comprovando que a habitação se tornou um ramo lucrativo, abrindo brecha para a especulação imobiliária e comprovando ainda que o número de pessoas que escolhem Florianópolis para fixar residência vem aumentando: “talvez o melhor termômetro para medir o impacto dos "estrangeiros" na economia local seja o setor imobiliário. Nas últimas três décadas, o número de imobiliárias saltou de menos de dez para 125.”

No entanto, o que talvez melhor demonstre os resultados de um crescimento urbanístico e populacional acelerado seja o fato de que: “em Florianópolis, o número de assassinatos por 100.000 habitantes deu um salto nos últimos dois anos e chegou a patamares próximos aos de São Paulo. Embora comece a preocupar, a questão da insegurança se concentra principalmente nos bairros populares”

Segundo a matéria da edição 1753 de 29 de maio de 2002 da revista *Veja*, tratando sobre o crescimento da capital catarinense: “a mágica de seu crescimento deve-se a um fenômeno migratório único na História recente brasileira. O de gente em busca de qualidade de vida, não de prosperidade financeira. Com a mudança, esses migrantes levam dinheiro e poder de consumo para a cidade, num ciclo virtuoso que beneficia a todos.”

Na verdade não há nenhuma mágica. Parece mais um excesso de propaganda que acaba por atrair pessoas de toda parte do Brasil. Apesar de Florianópolis ser considerada a Miami brasileira¹³, ou ser referida como a Meca da classe média¹⁴, o que se tem é o crescimento da pobreza e dos bolsões de miséria como fica claro no estudo realizado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, intitulado Perfil das Áreas de Interesse Social do Município (2001), que constatou a existência de mais de 50 bolsões de pobreza, com cerca de 13.000 famílias, em Florianópolis.

Analisando o crescimento das favelas em Florianópolis entre 1987 e 2000 foi possível observar que estas passaram de 29 em 1987 para 56 em 2000 e que o número de habitantes nas favelas subiu de 21.393 para 50.397 no mesmo período.

Numa pesquisa por amostragem simples realizada em julho de 1997 pela Divisão de Ação Comunitária do Projeto Bom Abrigo, onde entrevistaram-se 1124 famílias, constatou-se que destas, 50% tinham renda familiar de até 2 salários mínimos. Outro dado importante é que 48% dos responsáveis por estas famílias tem no máximo a 4ª série do ensino fundamental e que 26% encontravam-se desempregado no momento da pesquisa, sendo que 47% dos responsáveis pelas famílias eram provenientes do interior do Estado de Santa Catarina.

Entre 1998 e 2000 uma pesquisa censitária, portanto, mais completa, foi realizada,

¹³“Para os que vem de fora, Florianópolis está para o Brasil como Miami para os Estados Unidos’, ‘as pessoas se mudam para viver bem’”. (http://veja.abril.com.br/070301/p_078.html)

¹⁴Na manchete da matéria onde está tal comparação se lê: “Floripa, a campeã – pintada de verde no mapa e recordista em estatísticas positivas a capital catarinense é a meca da classe média”. (idem)

abrangendo 8 comunidades, num total de 2.009 famílias, ou aproximadamente, 7.639 pessoas. Os dados desta pesquisa não diferiram muito da anterior, no entanto trouxe uma novidade em relação à ocupação do chefe de família. Do total de pesquisados 30% se declararam autônomos, 28% empregados pelas normas da CLT e 19% desempregados. Esta pesquisa revelou ainda que do total das famílias, 58% tem uma média entre 4 e 6 pessoas por família. Levando em conta que 41% vive com uma renda familiar de até 2 salários mínimos, há de se compreender o número crescente de crianças esmolando nos semáforos e ruas do centro da cidade, assim como um considerável número de jovens e adultos vivendo de atividades marginais.

Assim, depois de toda a discussão realizada até o presente momento, onde se pretendeu contextualizar a realidade na qual estão inseridos os setores populacionais que se utilizam à assistência social, passa-se a apresentar como a Assistência Social vem dando enfrentamento a questões pertinentes ao dia-a-dia destes setores.

A assistência social na cidade de Florianópolis é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social criada em 21 de março de 2001. Ela se concretiza através da Gerência de Assistência Social incorporada a esta Secretaria. Esta Gerência presta serviços assistenciais à população por meio de ações continuadas e integradas que promovam processos de inclusão social, visando a melhoria das condições de vida. Dentro desta Gerência têm ainda a Divisão de Atenção e Proteção Especial, a Divisão de Atenção Sócio Educativa e a Divisão de Atenção à Família. Cada uma destas divisões agregam diversos subprojetos com o intuito de efetivar a Assistência Social.

Apesar de todos eles estarem ligados direta ou indiretamente com o Morador de Rua Adulto, destacar-se-á aqueles que visam a assistir este grupo populacional.

Na Divisão de Atenção e Proteção Especial tem-se o Projeto Abordagem de Rua. Este é constituído por assistentes sociais, educadores sociais, por motoristas e parceria com a polícia militar de SC. Tem ainda a Casa de Passagem: abrigo provisório de crianças, adolescentes

e mães, em situação de risco social e/ou pessoal.

Na Divisão de Atenção à Família há o Apoio Sócio Emergencial que proporciona à população carente do município benefícios e serviços de assistência social. Concede benefícios tais como, cesta básica, passagem, passe, fralda descartável, entre outros que atende 80% da demanda.

O Projeto Renda Extra – Idoso concede pecúnia mensal de 01 salário mínimo, para pessoas a partir de 60 anos de idade, portadoras de doenças físicas ou mentais incapacitadoras, sendo que a meta inicial é o atendimento de 71 idosos do município.

Nesta Divisão tem-se ainda o POASF – Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar que atende famílias de crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, encaminhadas pelos Conselhos Tutelares ou Juizado da Infância e Juventude, onde passam a receber atendimento sistemático de um assistente social e um psicólogo, que juntamente com a família, desenvolve ações que visam o fortalecimento da estrutura familiar e a garantia dos seus direitos. Acompanha e orienta famílias, visando a sua autogestão e o suprimento das necessidades básicas, tendo em vista a reorganização da dinâmica familiar para que seja assegurado os direitos da criança e do adolescente concede benefícios de assistência social que são utilizados para dar suporte ao processo de trabalho com as famílias. Em fase de implantação está o projeto NAF Rodoviário que objetiva a abordagem de migrantes, sem expectativas de permanência no município, na tentativa de fazê-los retornar às suas comunidades de origem visando reduzir o elevado índice populacional, nas áreas periféricas, que contribui para a formação de favelas e, conseqüentemente da mendicância.

O projeto que trabalha diretamente com o Morador de Rua Adulto é o Projeto Abordagem de Rua, criado no dia 13 de maio de 1987, tendo como objetivo primeiramente atender somente crianças e adolescente em situação de risco social e pessoal. Com a criação da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, o projeto passa a fazer o

atendimento também de moradores de rua adultos.

Segundo o relato da Assistente Social Adalzira Maria da Silva o atendimento ao morador de rua adulto iniciou em 1973, intitulado como “Atendimento a Mendicância”. Neste período em Florianópolis havia poucas pessoas em situação de rua, algum destes iam esmolar durante o dia e a noite retornavam para casa. Os atendimentos realizados eram através de rondas diárias e denúncias com parcerias com a Polícia Militar, Polícia Civil e outras entidades como Ação Social Arquidiocesana (ASA), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Secretaria de Saúde do Estado etc. Durante as abordagens ofereciam encaminhamento a hospitais, albergues, solicitação de documentos, recambiamentos aos usuários em situação de rua para a cidade de origem e/ou reintegração a família, orientações e acompanhamentos acerca de serviços sociais etc.

Em 1981 foi implantado no terminal Rita Maria o atendimento ao migrante e aos passageiros usuários do terminal tendo como objetivo oferecer subsídios estas população.

Este trabalho era conveniado com a Secretaria Desenvolvimento Social e com Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SULDESUL) – Órgão Federal do Ministério do Interior. Considerando que grande parte desta população saem de suas cidades em busca de mudanças na qualidade de vida, ou seja, saem do campo com suas famílias, com cultura diferente, na sua maioria com baixa escolaridade, sem qualificação profissional, dificultando colocação no mercado formal de trabalho o que gera um agravamento na condição financeira. A precariedade econômica faz com que estas pessoas fixem moradia em locais inadequados, quase sempre por meio de ocupação ilegal e muitos destes acabam perambulando pelas ruas, vivendo sob marquises, pontes etc.

Vale ressaltar também que muitas destas pessoas vem para Florianópolis para fazer tratamento de saúde, não tendo condições de permanecer por muito tempo na cidade e/ou sem condições financeiras para a compra da passagem para retornar a cidade de origem acabam

ficando nas ruas.

Como pode – se observar há crescimento da população urbana em Florianópolis, evidenciando pessoas em situação de rua e na sua maioria desintegrando – se com uso excessivo de drogas e álcool. Segundo dados do IBGE 2002, Florianópolis apresenta uma das maiores taxas de urbanização e de crescimento demográfico do Estado de Santa Catarina. Tal crescimento é decorrente de um fluxo intensivo de migração, no qual, famílias provenientes de áreas agrícolas decadentes (interior de Estado e outros Estados da Federação), são atraídas pela perspectiva de melhores condições de emprego e renda tendo em vista as potencialidades naturais do município: o turismo, comércio, e sua estrutura administrativa pública, municipal, estadual e federal.

Em 1993 a Prefeitura dá mais ênfase ao atendimento ao morador de rua tendo agora parceria com a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), fornecimento de um carro exclusivo para as rondas, aumento da equipe técnica, encaminhamentos a Comunidade Terapêutica além dos outros encaminhamentos já apresentados, obtendo um cronograma mais sistemático.

Em 1997 sendo ainda mais implementado o atendimento e os procedimentos já mencionados inicia – se o Projeto Abordagem de Rua. Em 2001 até os dias de hoje o Projeto Abordagem de Rua funciona diariamente e atende toda a população que se encontra em situação de rua.

O projeto caracteriza-se como uma proposta sócio-educativa a crianças-adolescentes adultos de rua. Tem como objetivo oportunizar o resgate de vínculo de crianças, adolescentes e adultos que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência, com segmentos organizados da sociedade, evitando a sua exposição aos riscos que a rua oferece. Este projeto, portanto, visa minorar a carência sócio – econômica na qual se encontra uma parcela razoável da população.

Na abordagem de rua a observação é um dos instrumentos técnicos que facilita a percepção de gostos, aptidões, relações, desejos e hábitos do morador de rua. Portanto estabelece-

se um contato diário entre o assistente social e o povo de rua o que permite conhecer um pouco da sua realidade estabelecendo vínculos que possibilitam discutir os problemas.

O Projeto Abordagem de Rua funciona diariamente através de visitas a locais onde a situação é mais recorrente ou através de denúncias. Se houver interesse, é oferecido – dependendo do caso – internação em comunidades terapêuticas, passagem de retorno à cidade de origem, encaminhamentos a retirada de documentos, encaminhamentos hospitalares, visitas domiciliares para um pré – diagnóstico, contatos telefônicos com pessoas de referência do usuário etc.

Em matéria publicada pelo Jornal A Notícia em 07 de julho de 1999 a Prefeitura da Capital reconhecia não manter nenhum albergue ou abrigo que recolhesse moradores de rua. A única instituição pública em funcionamento, na época, era a Casa de Passagem, que fica no bairro Agrônômica para crianças, adolescentes e mães em situação de risco social. De acordo com a matéria, as instituições existentes na cidade são filantrópicas, portanto, particulares: “o Abrigo Rosa Maria é administrado pelo Centro Espírita Paz e Luz. O Albergue Noturno é mantido pela maçonaria há um século.” Funcionando na avenida Hercílio Luz, o Albergue Noturno atende somente pessoas com documentação por um período de dez dias. Outra entidade que atende pessoas que se encontra em situação de rua é a Casa de Passagem São Judas Tadeu, uma das atividades das Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros, que recebe recursos da PMF através de convênio, de doações de particulares, dízimos da paróquia do bairro, da Catedral Metropolitana e da ajuda de amigos que pagam a conta de água e luz.

No período compreendido entre setembro de 2001 e agosto de 2002, foram abordados 541 adultos pelo Projeto. Atualmente há ainda pessoas vivendo sob pontes, no interior de casas desocupadas, sob marquises das calçadas ou nos bancos de praças públicas, onde há maior incidência de moradores ao relento.

CAPÍTULO III

O PROJETO ABORDAGEM DE RUA E OS MORADORES DE RUA DE FLORIANÓPOLIS

3.1 Dados Gerais sobre o Morador de Rua

Na tentativa de melhor elucidar como o Morador de Rua vem sendo tratado em Florianópolis, quais os procedimentos e encaminhamentos tomados em relação a ele, e ainda, qual a efetividade destas ações, passa-se, neste instante, a analisar os relatórios mensais produzidos entre dezembro de 2002 e abril de 2003 pelo Projeto Abordagem de Rua, traçando algumas conclusões pertinentes ao tema.

Foram abordados durante o período referido um total de 298 adultos em situação de rua sendo que 178 eram moradores de rua e 120 estavam nas ruas, retornando para suas casas. Analisando estes relatórios constatou-se que, como ocorre em São Paulo e Goiânia, a maioria deste grupo populacional é formada por homens (215). Um dado novo e também preocupante consiste no fato de que a maioria desta população em situação de rua se encontra na faixa etária entre 22 e 30 anos de idade (um terço), ou seja, são 97 pessoas, em idade economicamente ativa, fora dos bancos universitários e fora do mercado de trabalho, vivendo em condições de marginalidade. Se na década de 1990, em cidades como São Paulo e Goiânia se observava que a

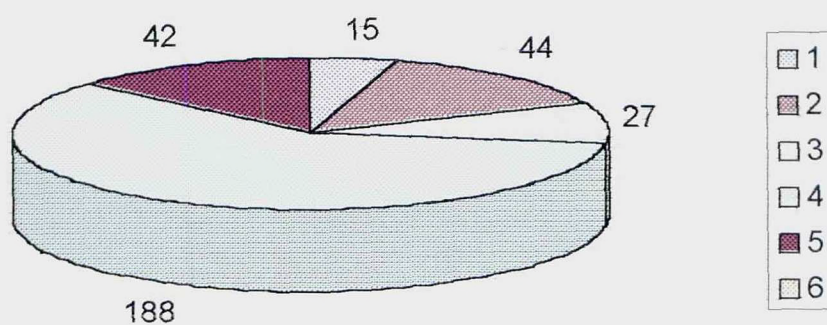
maioria dos moradores de rua estavam na faixa etária entre 31 e 40, Florianópolis, hoje, apresenta uma população mais jovem fazendo uso da rua, seja para sua subsistência, seja para sua moradia. Infelizmente não se encontraram dados de décadas passadas para realmente poder afirmar se houve ou não esta mudança na realidade de Florianópolis. Nem se tem notícias de estudos mais recentes sobre a realidade de São Paulo e Goiânia para que se possa fazer a mesma análise. No entanto, a comparação entre os dados da cidade de Florianópolis com estas duas apontam para esta nova característica da população adulta de rua, ou seja, uma população em regra do sexo masculino, analfabetos em sua maioria, solteiros e sozinhos em sua maior parte, utilizando-se freqüentemente da esmola e da assistência, fazendo parte de uma massa estruturalmente miserável, que dificilmente será absorvida pelo mercado de trabalho, que faz uso constante de bebida alcoólica, e que, agora, tem, na sua maioria, entre 22 e 30 anos de idade.

Segundo estes relatórios, a grande maioria das pessoas era proveniente de outros estados, sobretudo São Paulo e Rio Grande do Sul. Os relatórios revelam, ainda, que 89 dos abordados eram provenientes do interior de Santa Catarina, destacando-se as cidades de Lages, Concórdia e Campos Novos.

Apesar dos encaminhamentos que o Projeto Abordagem de Rua faz torna-se significativo o número de reincidências, ou seja, pessoas que são abordadas mais de uma vez. Os encaminhamentos dividem-se em: Recambiamento, ou seja, retorno à cidade de origem (15 pessoas do total); encaminhamento a Divisão Pública de Assistência (44); encaminhamentos a Comunidades Terapêuticas (27); fazem parte deste processo também as orientações (188) e outros (42). Mas, apesar disso, 149 das abordagens ao longo do período, ou seja, de dezembro de 2002 a janeiro de 2003, foram de pessoas que já haviam se utilizado dos serviços de assistência da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Podemos visualizar melhor estes dados no gráfico abaixo:

Dados Gerais Sobre o Morador de Rua



1 – Recambiamento

2 – Divisão Pública de Assistência

3 - Comunidades Terapêuticas

4 – Orientações

5 – Outros

3.2 As Trajetórias de Vida do Morador de Rua

Durante a elaboração do estudo foram realizados alguns relatórios com uma pequena amostra do objeto de estudo. Estes relatórios têm como objetivo proporcionar um melhor esclarecimento desta realidade multifacetada que é o Morador Adulto de Rua.

3.2.1 Manuel

Manoel nasceu em Porto Alegre em 1973. Mora com sua mãe e três irmãos, sendo que dois são casados, um tem dois filhos, outro tem três filhos e o terceiro é solteiro. Todos vivem na mesma casa, segundo Manoel estão construindo mais um quarto, pois a casa é pequena. O pai de Manoel abandonou a família quando ele tinha cinco anos de idade e sua mãe teve que trabalhar para poder sustentar a família, o mesmo não quis falar muito sobre seu pai.

Manoel foi casado, tem uma filha com o nome de Luana, de 3 anos de idade. Há dois anos Fernanda sua ex-esposa mudou-se para outra cidade. Conheceram-se quando ele tinha 23 anos e ela 20 anos, quando Fernanda engravidou se casaram, viveram juntos após o nascimento da menina durante um ano, separaram-se devido a muitas brigas entre o casal.

Durante nossa conversa falou que veio para Florianópolis à procura de emprego, tem experiência como garçom e *“como é verão tem muitos restaurantes nas praias quem sabe consigo alguma coisa”*. Quando chegou na cidade tinha pouco dinheiro, mas o tempo foi passando e o dinheiro acabou, teve que dormir nas ruas. Diz que *“ficar andando de um lado para o outro sozinho nas ruas é muito ruim”*, o ano passado veio para Florianópolis ficou dormindo

nas ruas, mas logo conseguiu um emprego o que não aconteceu desta vez.

Por estar nas ruas voltou a consumir álcool excessivamente, segundo o mesmo com 12 anos de idade começou a beber, *“naquela época eu já gostava”*. Fez tratamento em clínica para dependente químico e sua mãe o ajuda muito, conseguiu ficar um período em total abstinência, mas sempre reincidiu. Falou também sobre seu irmão solteiro que é usuário de drogas ilícitas, e às vezes sai de casa, *“cai no mundo”*, mas depois de um tempo retorna.

No momento quer voltar para casa, diz que sua mãe é muito boa e que esta com muitas saudades de sua família, se arrependeu por ter saído de casa. Gostaria muito de conseguir um emprego para retomar sua vida e inclusive procurar sua esposa e sua filha.

Em função do exposto oferecemos um tratamento em comunidade terapêutica, Manoel recusou, como já havia mencionado que gostaria de retornar para casa de sua mãe solicitamos a passagem na Secretaria da Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS), no setor de atendimento Emergencial. A passagem já tínhamos reservado para uma outra pessoa que havia desistido, então repassamos para Manoel que viajou as 17:00 horas no mesmo dia em que foi abordado.

3.2.2 Moises

Moisés tem 19 anos de idade, é natural de Pelotas/RS, sua mãe o agredia tanto verbalmente quanto fisicamente, por este motivo fugia de casa ainda criança. Segundo o mesmo, sua mãe não tem carinho por ele, tem outros irmãos, mas foi único rejeitado, *“eu sempre fui um problema para ela, não sei o que fiz, ela nunca gostou de mim”*.

No início procurava o padrinho, mas a mãe ia buscá-lo, para não criar problemas para seu padrinho acabava indo para ruas. Aos 17 anos foi trabalhar na casa de uma senhora que

já conhecia a situação de Moisés, nesta casa ele cuidava do quintal entre outros afazeres, em troca ganhava comida e dinheiro para pagar seu estudos. Há dois anos esta senhora faleceu e a casa foi vendida pelos seus filhos. Ela morava com sua filha mais velha, que estava separada com dois filhos. No fundo da casa havia um quartinho onde Moisés dormia.

Após o falecimento de sua “amiga” como ele a chamava retornou para as ruas, a princípio tentou procurar emprego, mas não conseguiu, às vezes procurava seu padrinho que também no momento está com problemas financeiros, preferi ficar nas ruas do que retornar para casa de sua mãe.

Nas ruas Moisés conheceu muita gente onde ficou amigo de Fabiano (25 anos) e Douglas (26 anos), junto iniciaram o trabalho de malabarismo, assim foram percorrendo várias cidades. As passagens conseguiam na assistência (órgãos públicos) o dinheiro que arrecadavam se alimentavam e às vezes dormiam em pensão.

Chegaram em Florianópolis em dezembro de 2002, realizavam atividade de malabarismo nas sinaleiras sendo uma atividade que infringe o Código de Postura da SUSP Lei 1224/74 em seu art 109, o Código Penal Brasileiro e a nova Lei de Trânsito, foram orientados e tiveram que ir a busca de emprego na cidade. Na temporada de verão trabalharam numa boate como garçom, depois de três meses tiveram que sair, pois diminuiu o movimento. Hoje estão desempregados e fazem bicos, algumas vezes fazem malabarismo durante o período noturno. Moisés está dormindo numa academia, limpa o local e o dono deixa-o passar a noite.

Durante o tempo que está na rua usou drogas, não considerando um vício, pois usa como opção para esquecer seus problemas.

Em relação ao fato de estar vivendo nas ruas diz que “*fui para rua devido a relação que tinha com minha mãe*”, foi o motivo mais forte que fez ir para as ruas, diz também que “*você não precisa dar satisfação e não sou maltratado como eu era em casa, eu sentia que minha mãe não gostava de mim então eu não tive outra alternativa*” no entanto “*não ter uma*

casa para dormir, descansar é horrível, você se sente sozinho". Moises almeja trabalhar e ganhar muito dinheiro, não deseja viver desta forma até o fim de sua vida, sonha em ter uma família e oferecer tudo o que não pode ter. Nunca namorou firme, foram relacionamentos curtos, no momento não está interessado em ninguém, mas se um dia se casar antes quer ter um emprego para sustentar sua família. Disse também que pretende voltar com muito dinheiro para ajudar seu padrinho.

Diante deste contexto orientamos Moisés a comparecer na secretaria (SHTDS), no setor de Abordagem de Rua, para fazermos seu currículo e tentarmos conseguir um emprego. Moises não compareceu na secretaria.

3.2.3 Pedro

Pedro, 27 anos é portador do vírus HIV, está bastante debilitado e abatido devido sua doença. Foi resistente em fornecer informações ao seu respeito, falava baixo, nem sempre respondia minhas perguntas, não quis falar sobre sua família, apenas relatou que saiu de casa com seis anos de idade e desde essa idade vive perambulando pelas ruas. Não conhece sua mãe e nem seu pai, sempre se virou sozinho.

É dependente químico (faz uso de cocaína/crack entre outros) não aceita ajuda de ninguém, nem ao menos ir ao Hospital, vive de esmola e caridade. Ficou durante um tempo internado no (Grupo de Apoio a Prevenção Aids) GAPA, ao término do tratamento retornou para as ruas e não procurou mais o local para continuar o tratamento.

Dorme em qualquer lugar, às vezes no meio da calçada, não procura um lugar específico, onde estiver se acomoda. Não se preocupa com sua saúde, e nem em ser assaltado ou agredido. *“Eu já me acostumei, não me importo, se alguém quiser bater em mim no outro dia eu*

me levanto”.

Segundo o mesmo não tem passagem pela polícia, *“às vezes que me envolvi em encrenca não precisaram me levar para delegacia, eu já cheguei a roubar, mas são coisas pequenas que os PM não pegam”.*

É solteiro, não tem filhos, as poucas companheiras que conheceu foram apenas *“aventuras”* sempre viveu sozinho, *“gosto de ficar sozinho, prefiro o sossego”.*

Demonstrou não se importar com nada, com seus valores, enfim com sua vida.

A partir do relato de Pedro oferecemos várias vezes para nos acompanhar até Emergência do Hospital, oferecemos também um encaminhamento para Grupo de Apoio Prevenção de Aids (GAPA), perguntamos o que poderíamos fazer por ele. Pedro não aceitou nenhum tipo de intervenção, disse que não precisava de nada e que sabe se virar.

3.2.4 Felipe

Felipe, solteiro, nasceu em 1980 em Toledo, onde sua família ainda continua morando. Saiu de casa com 17 anos devido brigas com o pai e com a mãe. *“O pai foi pegando no pé: tinha que trabalhar ou estudar. No dia que falei vou embora, vou pro mundo, o pai falou: o caminho ta livre. Larguei tudo, peguei carona na carroceria de um caminhão e fui até o Paraguai. Depois fui para outros lugares e hoje estou nesta cidade. Já vi gente de todas as raças nas ruas, hoje encontrei um argentino e pensei: lá vai mais um sofredor”.*

Sua mãe é usuária de álcool e bastante agressiva, segundo Felipe defendia seus 2 irmãos e sua irmã caçula de 7 anos quando a mãe ou o pai batia. Seu pai trabalha como pedreiro e sua mãe como faxineira. A casa onde moram tem apenas um quarto, cozinha e um banheiro. No quarto dorme a irmã mais nova e seus pais, na cozinha colocam colchão no chão e dormiam os

três, o banheiro fica na rua.

Em conversa falou que no primeiro mês que ficou nas ruas foi bastante difícil, passou fome, frio e teve muito medo. Mas com o passar do tempo foi aprendendo a viver nestas condições. Para conseguir comida pede nas casas e restaurantes, dorme em albergues quando tem vaga, caso contrário dorme na rodoviária, em frente a igreja ou em casas abandonadas. Não gosta de morar nas ruas, sonha em ter uma casa e buscar seus irmãos. Sempre que possível entra em contato com seus irmãos, preocupa –se muito com os eles.

É usuário de drogas (maconha) desde os 15 anos, tem alegado em uma das ocasiões, que o fazia para “segurar a barra”. Nas ruas fez amizade, mas sabe que tem que tomar cuidado “*a gente nunca sabe o que esse pessoal quer, a gente não sabe se a pessoa é gente boa*”.

Nunca trabalhou de carteira assinada, até mesmo porque gosta de viajar pelo mundo todo, não consegue ficar muito tempo numa mesma cidade, observa a população e diz achar muito engraçado “*a gente vê cada coisa*”.

Concluiu o ginásio, e pretende voltar a estudar, mas por enquanto esta sem rumo, pensa em um dia procurar seus irmãos para poderem trabalhar juntos e construir uma casa para eles.

Perguntamos para Felipe se gostaria que entrássemos em contato com sua família para conversarmos com seus pais, também oferecemos uma passagem para retornar para casa. Felipe não aceitou. Nestas condições orientamos para procurar o albergue e/ou endereço da secretaria caso precisasse de alguma algo, ficamos a disposição.

3.2.5 Gabriel

Gabriel é natural de Porto Alegre, viveu durante 10 anos em Joaçaba junto com sua família. Tem 26 anos. Sua mãe era dona de casa e às vezes vendia doces (banana recheada,

bolo de chocolate) na vizinhança, com 69 anos faleceu de câncer no estômago. Seu pai trabalhava como pintor, era alcoólatra, faleceu.

Tem 9 irmãos, sendo que faleceram dois, Carlos de 38 anos atropelado e Sebastião 48 anos devido um problema no coração. Tem um irmão que é cego e doente mental que mora com sua tia.

Estudou até a quarta série do ensino fundamental, não continuou o estudo porque precisou ajudar o pai no trabalho, também porque nunca gostou de estudar, rodou de ano duas vezes, o tempo foi passando e Gabriel desistiu.

Após o falecimento dos pais saiu de casa, é usuário de álcool há muitos anos, foi um dos motivos que levou as ruas. Enquanto vivia com seus irmãos brigavam muito, nunca aceitou fazer tratamento para dependência química.

Logo que saiu de casa foi para São Paulo, ficou morando durante 2 meses, depois foi para Rio de Janeiro, foi roubado e acabou indo para Rio Grande do Sul onde permaneceu durante 1 ano. Dormia em albergues, pensão, sempre trabalhava nas cidades, trabalhou como pedreiro, pintor, ajudante de marcenaria. Devido seu vício faltava ao serviço ou chegava alcoolizado e por este motivo era demitido ou acabava abandonando.

Veio para Florianópolis porque havia perdido o pouco que tinha adquirido nas outras cidades. Em conversa nos disse *“quando eu consigo um emprego fico um tempo, mas acabam descobrindo que bebo muito me colocam pra rua, eu já tentei parar, mas não consigo. Não quero fazer tratamento porque eles exploram e maltratam a gente, já ouvi muita gente reclamar”*.

Por enquanto está desempregado, dorme numa casa abandonada, cuida de carro para conseguir dinheiro, falou que está cansado não tem mais vontade de fazer nada. *“ Eu decaí muito, o tempo ta passando, estou desanimado ”*.

Está se sentindo muito sozinho, no Rio Grande do Sul conheceu Maria Fernanda, 25

anos trabalhava como faxineira numa empresa, se conheceram em uma festa de fim de ano. Namoraram durante 7 meses, mas ela o deixou voltou para o ex marido influenciada por sua mãe que não gostava dele. Gabriel ficou decepcionado “*depois daí as coisas foram piorando cada vez mais*”. Durante nossa conversa falou muito sobre sua ex-namorada, dizendo ser uma moça linda.

Não pretende voltar para sua casa, gosta de morar nas ruas, viajar por várias cidades, mas se encontrar uma “*mulher especial*” quer se casar e ter muitos filhos, sendo a única maneira de permanecer numa mesma cidade.

Oferecemos um encaminhamento para casa de passagem São Judas Tadeu onde poderia permanecer apenas alguns dias, para tomar banho e depois ir em busca de um emprego. Gabriel ficou durante alguns dias nesta instituição, ao sair não falou para onde estava indo, não sabemos mas seu paradeiro.

3.2.6 Maria

Maria 38 anos, nasceu em Florianópolis é deficiente mental, geralmente dorme nos bancos do Aeroporto Hercílio Luz. A população do bairro a conhece, relataram que é uma pessoa querida, mas quando não gosta de alguém “cospi” no rosto. Em função do exposto resolvi procurar a família de Maria para ter mais informações. O endereço consegui com os funcionários do Aeroporto.

No dia 04 / 10 / 2002 no período matutino fomos na casa da avó de Maria, que fica próximo do Aeroporto. Dona Apolônia tem 70 anos, natural de Alfredo Wagner, em conversa nos falou que sua neta reside há muitos anos em sua casa, sua mãe dona Ilma cuida de seus dois filhos, pois Maria foi estuprada e teve gêmeos.

Dona Apolônia teve 20 filhos, quase todos moram no mesmo terreno onde ela reside e enquanto conversávamos, Emília (34 anos), Júlio (27 anos), e Marcela (17 anos) parentes

de Maria se aproximaram.

Dona Emília falou que Maria é uma pessoa calma, só agride quem a trata mal, quando retorna para casa, lava roupa, limpa o chão da casa, com o dinheiro que arrecada compra shampoo, sabote, etc. É muito vaidosa gosta de usar brinco, baton, perfume.

Ficou internada no Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ) durante um tempo, a família achou melhor deixá-la em casa, até mesmo porque no Instituto de Psiquiatria os pacientes só podem ficar durante 15 a 20 dias internados, período de surto.

Os funcionários do Aeroporto relataram que Maria fica praticamente o dia inteiro no perambulando pelo o Aeroporto, e que a mesma é apaixonada por um taxista, chegou a pintar o cabelo de loiro, pois ficou sabendo que o taxista gosta de mulheres loiras. É uma mulher negra e alta. Não gosta de comer em casa, diz que a comida da avó é ruim, quase todos os dias almoça num restaurante próximo de sua casa, o dono do restaurante fornece uma marmita. Durante a tarde consegue dinheiro através da mendicância, toma café no Aeroporto.

Tem dias que dorme dentro do Aeroporto, os seguranças tentam tirá-la, mas muitas vezes não conseguem, pois faz escândalo e já ocorreu de um passageiro ameaçar de processar o segurança retirasse ela do local.

Os funcionários filmam tudo o que ela faz, por precaução. A mesma frequenta o local aproximadamente há 15 anos.

A família não consegue deixá-la em casa, tem dias que retorna apenas para dormir, sendo que de manhã bem cedo arruma sua cama, lava roupa, limpa a casa e sai, gosta de ser livre, andar pelas ruas, em especial no Aeroporto.

Nestas condições propusemos um tratamento no Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), sendo que a família se comprometem de acompanhá-la.

No início da tarde fomos ao NAPS, segundo a recepcionista não tem vaga, resolvemos marcar uma consulta no IPQ. A consulta foi marcada para o dia. No dia da consulta

acompanhamos Maria e sua tia Emilia.

O médico passou medicamentos os quais a deixaria mais calma, e conseqüentemente não ficaria tão agitada e ansiosa. (Os medicamentos foram fornecidos pelo Posto de Saúde). Ficou marcado outra consulta para o próximo mês, sendo que agora a família ficaria responsável.

A equipe sempre que possível entra em contato com a família para saber como Maria está reagindo, fazemos visitas domiciliares para conversar pessoalmente com a mesma. Hoje em dia segundo os funcionários do Aeroporto, Maria está mais calma e quase não frequenta o local.

3.2.7 Matheus

“Fiquei desempregado, minha mulher me traiu, fui para rua esquecer tudo o que aconteceu e ficar longe de todos”.

Matheus nasceu no dia 05 / 10 / 1971, é natural de Xanxerê. Morou com seus pais até os 26 anos, casou – se e foi morar com sua esposa numa casa alugada próximo do bairro onde moravam.

Matheus e Janete se conheceram quando crianças, ela foi morar com a avó em outra cidade, quando a avó faleceu, retornou para casa da sua mãe. Tinha na época 19 anos e depois de 2 anos se reencontraram. Namoraram durante seis meses, logo se casaram. Tiveram um casal de filhos.

Matheus trabalhava num restaurante como garçom, e nas horas vagas trabalhava como pintor. Janete, hoje tem 29 anos, trabalha como balconista numa loja de roupas.

Durante o casamento havia algumas discussões, segundo Matheus discussões rotineiras, comuns. Um dos maiores motivos das brigas era porque a mãe de Janete vivia se

intrometendo no relacionamento dos dois. Houve uma época que haviam se separado, ele foi morar no quarto que tinha nos fundos da casa de seus pais e ela ficou na casa com as crianças. Foi neste tempo que Janete conheceu Paulo, um amigo da sua irmã, saíram algumas vezes. Matheus e Janete acabaram voltando a morar juntos, só que Matheus desconfiava que sua esposa estava o traindo, por isso abandonou tudo e saiu da cidade onde moravam. *“Janete disse que eram só amigos, a gente acabou voltado a morar juntos, mas eu não acredito nela, por isso saí de casa”*

Matheus pretende trabalhar e morar em Florianópolis, diz ter gostado da cidade. Esta dormindo numa pensão e durante o dia fica perambulando pela cidade às vezes fica na praça bebendo.

Deixamos o endereço da secretaria caso precisasse de alguma coisa que pudéssemos oferecer, como fazer um currículo, passagem para retornar a casa de seus pais, contato telefônico com seus pais, etc.

3.2.8 Rafael

Rafael saiu da sua casa com proposta de emprego em São Paulo, na época tinha 20 anos, trabalhava com seu pai na roça, largou tudo com esperança de conseguir um emprego melhor.

Chegou em São Paulo trabalhou numa empresa durante alguns anos, conheceu um pessoal onde acabou se envolvendo com drogas. Com o salário que recebia usava para sustentar seu vício, chegou a roubar. Foi demitido do emprego, sem dinheiro teve que ir morar nas ruas. *“Quando eu percebi o que fiz com a minha vida, já era tarde de mais, eu já estava na rua Pensei em voltar para minha cidade, mas não tive coragem, faz muito tempo que saí de casa”*.

Teve que sair de São Paulo, porque ficou devendo dinheiro, conseguiu passagem

com Assistente Social, foi para Blumenau depois de um tempo veio para Florianópolis. Em Blumenau conheceu Antonia e juntos resolveram ir para Florianópolis. Antonia saiu de casa porque engravidou, quando a criança nasceu deixou numa instituição.

Rafael hoje tem 29 anos, perdeu o contato com a família. Continua usando drogas, agora também esta bebendo excessivamente. Segundo o mesmo, troca o dia pela noite, não se alimenta direito, não faz higiene pessoal, faz da rua sua moradia tendo como único objetivo de vida arrecadar dinheiro através da mendicância para comprar a “pedra” pois não consegue para de usar.

Pretende fazer tratamento para dependência química, falou que vai procurar assistente social da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Antonia quer uma passagem para voltar a cidade de origem. Reclamou que o Albergue Rosa Maria fechou, e que esta passando fome.

Encaminhamos Rafael para Comunidade Terapêutica Missão Nova Vida, já está a um mês em tratamento. Estamos providenciando seus documentos, inclusive a carteira de trabalho, pois havia perdido.

3.2.9 João

João é deficiente físico tem 38 anos, procedente de Belo Horizonte M. G. Segundo o mesmo foi mordido por um porco, não teve os devidos cuidados acabou perdendo sua perna esquerda.

Em conversa nos relatou que faz da mendicância uma opção de vida, uma maneira de percorrer o Brasil. Às vezes pede uma pequena contribuição em troca de uma fita “Senhor do Bom Fim”, alegando não está mendigando e sim “trabalhando” pois após dialogar com as pessoas

entrega a fita.

João diz que o dinheiro que arrecada além de usar para percorrer o Brasil, paga pensão para dormir e guarda um pouco para futuramente comprar uma perna mecânica, pois a que recebeu do Estado não se adaptou. Faz da mendicância uma atividade de caráter apelativo com a intenção de sensibilizar a comunidade. Sendo essa, uma forma de mendicância disfarçada de “trabalho informal”.

Geralmente esmola nas sinaleiras com uma placa pendurada no pescoço com os dizeres “Sou feliz porque você me faz feliz. Colabore!” Ganha em media R\$ 50,00 por hora de “trabalho informal” e / ou mendicância.

Não falou o motivo que o fez sair de casa, disse que já foi casado e tem filhos, e que os abandonou.

Segundo João Florianópolis é uma cidade calma, tem poucas pessoas esmolando na sinaleira, não tem muitos assaltos, por estes motivos pretende morar em Florianópolis.

É usuário de drogas, não aceita fazer tratamento em dependência química, prefere continuar nas ruas, também foi oferecido o Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas não aceitou porque em sua cidade de origem tem ficha na polícia tendo receio. Propusemos fornecer uma outra perna mecânica, sendo que seria de melhor qualidade, não compareceu na secretaria para podermos fazer o pedido. Relatou que já roubou, já foi traficante, e que agora o seu objetivo é viver assim.

3.3 Passado Injusto, futuro incerto: no presente, a rua.

3.3.1 Diversas trajetórias, um mesmo fim...

Os relatos transcritos explicitam uma realidade multifacetada. Nenhum deles apresentam as mesmas histórias e os mesmos motivos para estarem na rua. Submersos numa realidade que não lhes permite vislumbrar uma saída, encontram na rua uma forma de reproduzir-se. Na rua sua vida será marcada pela circularidade do dia-a-dia. Uma rotina constante, não diversa daquela do mundo do trabalho, e que os impede de serem realmente livres. Mesmo que possam deslocar-se de cidade para cidade, de Estado para Estado e também de país para país, não podem fugir da busca da manutenção deste dia-a-dia, seja através das instituições assistenciais, seja através do pedido.

No estudo etnográfico efetuado por Brognoli, ao tratar dos motivos que os andarilhos apontam como responsáveis por sua ida ao trecho, observa que a constituição destas trajetórias eram elaboradas como forma do entrevistado conferir inteligibilidade a elas. “Incapazes de perceber todas as variáveis presentes no fato em si, os sujeitos articulam, no entanto, possibilidades casuais múltiplas. O que parece haver é, na verdade, uma determinação de fatores que escapam ao entendimento dos sujeitos, sendo destacados aqueles que fazem mais sentido”. (1996, p. 87-8). Essas diversas trajetórias parecem culminar num mesmo fim, ou seja, a rua.

3.3.2 Nascer, crescer e viver na rua.

Nestes relatos pode-se observar e mesmo comprovar a suspeita preocupante levantada anteriormente de que a população de rua está ficando mais jovem, ou melhor dizendo, que as pessoas estão abandonando mais cedo os vínculos sociais, como família, escola e trabalho, ou mesmo, que estas nunca tiveram tais vínculos. Das nove pessoas abordadas, seis apresentavam idade entre 22 e 30 anos, e um tinha apenas 19 anos de idade.

Vieira (et al. 1994, p. 96) tratando da trajetória do morador de rua traz que “ainda que pouco significativo numericamente há um grupo de moradores de rua, especialmente jovens, que já nasceram nela (...)”. Em se tratando de Florianópolis há de se considerar os dados apresentados pelos relatórios do Projeto Abordagem de Rua de dezembro de 2002 a abril de 2003 onde constata-se que do total das 226 abordagens realizadas neste período com crianças, adolescente e adultos, 93 apresentaram idades entre 13 e 18 anos. Dado preocupante é que destas 226 abordagens, 76 representavam crianças e adolescentes moradores de rua.

Em 1996, 19% das crianças de rua tinham entre 0 a 6 anos e geralmente estavam nas ruas acompanhadas pelas mães, irmãos mais velhos ou outros maiores, sendo usadas para a prática da mendicância.

O maior percentual estava entre as crianças de 7 a 12 anos de idade. Representavam, na época, 54% do total das crianças em situação de rua, praticando mendicância ou atividades como jornaleiro, engraxate, etc. Ramos (1998, p. 52-3) constata que há uma relativa autonomia nesta faixa etária “conquistada através das redes de relações estabelecidas na rua”.

Apesar de manter o vínculo familiar, evidencia-se a formação de estratégias de sobrevivência e formação de grupos de rua com um “progressivo espaçamento e enfraquecimento deste contato com a própria família”.(RAMOS. 1998, p. 53).

Para a faixa etária entre 12 a 18 anos de idade a autora constatou que a permanência das crianças e adolescentes no mundo da rua solidificavam as relações; há a incorporação de hábitos de rua e a criação de novos códigos e o adolescente busca na rua formas de sobreviver, ou seja, morar, comer, vestir trabalhar, etc (1998, p. 53).

3.3.3 Amenizar o sofrimento, esquecer a solidão – álcool, a válvula de escape.

Apesar de ser um universo pequeno em relação ao total de pessoas abordadas pelo

Projeto Abordagem de Rua entre dezembro de 2002 e abril de 2003, cabe ressaltar que estas nove pessoas incorporam as principais características dos moradores de rua. Tem-se, entre estes nove, deficientes mentais, aqueles que fazem uso constante do álcool, entre outras drogas, desempregados, sem família e também aqueles que romperam os laços familiares para viver na rua.

O uso do álcool, comum entre os moradores de rua, como forma de amenizar as agruras do dia-a-dia, é também o elemento que muitas vezes os impede de reconstruir suas vidas, como é o caso de Manoel que já fez tratamento, mas reincidiu e, agora, por estar nas ruas, desempregado, bebe excessivamente. Outro exemplo é o de Gabriel, que sempre perde o emprego quando descobrem que bebe muito.

Segundo observações de uma pesquisa realizada em São Paulo com moradores de rua o autor apresenta que dos quatorze entrevistados nove faziam uso do álcool. Em relação ao uso do álcool o autor verificou diferenciações em, no mínimo, dois aspectos: uso do álcool de forma ocasional ou freqüente, com início da bebida em momentos anteriores ou posteriores à chegada às ruas e o tempo de inserção na rua; significados atribuídos ao uso da bebida conforme acontecimentos e conjunturas determinadas.

Após analisar o relato dos moradores de rua adultos com os quais manteve contato, o autor concluiu que é maior no número de pessoas que iniciaram o uso da bebida antes de ir para as ruas. O autor observou, ainda, que há oscilações entre o uso da bebida alcoólica e momentos de abstinência e de maior ou menor intensidade, dependendo de conjunturas, acontecimentos e o significado atribuído ao início do uso da bebida.

Pelo conjunto dos significados atribuídos ao consumo de álcool, verifica-se que os entrevistados trazem à tona uma conceituação genérica que relaciona o uso do álcool a válvula de escapes, fuga ou um jogo de faz de conta por onde circulam desejos e frustrações, abrangendo inúmeras situações relativas a perdas, à solidão, à falta de

emprego, a necessidade de esquecimento e anestesia dos problemas e do sofrimento (...) (p.58).

3.3.4 A violência física e estrutural

Usando ainda o relatório de Gabriel, cabe destacar a existência de um outro problema. O abandono dos bancos escolares para ajudar na composição da renda familiar. A baixa escolaridade é ponto comum entre os moradores de rua. Provenientes de famílias pobres, muitos não têm outra saída senão trocar a escola por um emprego. Gabriel estudou até a 4ª série do ensino fundamental e parou para ajudar o pai. Felipe abandonou os estudos, depois de concluir o ginásio, porque, segundo ele “o pai foi pegando no pé: tinha que trabalhar ou estudar.”

Sem educação escolar, portanto, sem acesso a um mercado de trabalho cada vez mais exigente, seu futuro é incerto. A baixa escolaridade certamente reflete num mau desempenho frente ao mercado de trabalho.

A violência familiar, seja entre casais ou entre pais e filhos, é outro problema observável entre os moradores de rua. Comprova esta afirmação a declaração de Matheus: “Fiquei desempregado, minha mulher me traiu, fui para rua esquecer tudo o que aconteceu e ficar longe de todos”. Moisés e Felipe foram para a rua por constantes brigas com os familiares.

São poucos os moradores de rua que gostam deste modo de vida. O dinheiro é fácil, a comida é ganha, a moradia, apesar dos riscos e da falta de conforto, não é paga. Mas, são muitos os que manifestam o desejo de deixar esta vida, construir ou reconstruir família, ter um emprego e uma casa.

Em alguns relatos como no de Manoel, Moises e Gabriel pode observa-se que a

violência, física (violência doméstica) ou estrutural (família, desemprego, etc.), foi a responsável por estarem em situação de rua. Uma vez que estes anseiam voltar para casa, constituir família, conseguir emprego, ou seja, restabelecer os laços sociais, tende-se a concluir que quando as pessoas vão às ruas por razões sócio-econômicas e até culturais, estes desejos são constantemente demonstrados. Todavia, quando os motivos estão ligados a questões emocionais, principalmente com desilusões, tais pessoas esboçam um sentimento de acomodação, conformismo e mesmo vontade de continuar no mundo da rua.

São muitos os motivos que podem levar uma pessoa ao mundo da rua. Desde uma desavença familiar, muitas vezes provocadas pelo alcoolismo, até o fim de uma certa estabilidade, mesmo que precária, garantida pelo emprego e, ainda, o próprio desemprego. Contribui para isso também o deslocamento de massas populacionais em direção aos grandes centros, em busca de melhores condições de vida, fato que quase sempre não se concretiza. Mas muitas vezes este deslocamento é imposto, principalmente em relação àquelas pessoas provenientes da área rural.

Com um passado injusto e com um futuro incerto o morador de rua nem sempre é alguém que gosta e quer permanecer nesta situação. Incapazes de, por si só, reverter sua situação, manifestam, sempre que perguntados, o desejo de mudança e superação.

Morador de rua, povo de rua, mendigo, andarilho, vagabundo. Seja qual for o termo utilizado para designar este grupo populacional, será por demais generalizador. Por detrás de cada pessoa, de cada ser humano, se esconde uma história, uma vida. Cada um tem seus objetivos, seus motivos, seus anseios e desejos, suas desilusões, decepções, seus conflitos, frustrações, insatisfações. Frutos de uma sociedade individualista, padecem da falta de valores. Excluídos e marginalizados, não encontram um referencial social no qual se espelhar e nem um ideal político pelo qual lutar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância deste estudo talvez, se dá menos por sua elucubração teórica do que por sua primazia em abordar o morador de rua adulto, não somente ao longo da história, numa breve referência (devido à falta de espaço e por não ser este o objetivo do presente estudo), mas também por apresentar a constituição deste grupo populacional de excluídos na sociedade florianopolitana assim como por trazer algumas das respostas apresentadas a esta problemática por este município.

Pretendeu-se a longo do estudo mostrar o contexto sócio, político, econômico e cultural no qual, atualmente a problemática do morador de rua está inserida e tudo mais o que ela representa como questão social que demanda políticas sociais públicas.

Após analisar a formação da família brasileira concluiu-se que há por parte desta a absorção de uma ética familiar que vê o homem enquanto único responsável pelo sustento e manutenção da família. A relação entre o homem enquanto provedor do lar e o morador de rua está na estreita vinculação entre a situação do homem frente ao mercado de trabalho, pois diante de uma desqualificação profissional ou mesmo desemprego o papel de provedor do lar fica ameaçado, recaindo sobre ele as pressões, principalmente por parte da família, por um papel mal executado, sendo, portanto, este um dos caminhos de chegada à rua.

As atuais mudanças no mundo do trabalho – a crescente substituição do homem

por autômatos – endossam esta conclusão.

Estas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho não são as únicas a contribuir numa possível falha no exercício do papel de provedor. As freqüentes crises do capitalismo também o atingem. Como se mostrou, a década de 1980 foi marcada por estagnação econômica que levou a elevação das taxas de desemprego. Contribuiu para esta elevação os planos de ajustes macroeconômicos, adotados por sucessivos governos brasileiros, que dificultavam ou mesmo impunham restrições ao estímulo à criação de empregos regulares e regulamentados, provocando o crescimento de ocupações atípicas, não assalariadas, sem registro formal, que por sua vez leva a uma queda do poder aquisitivo o resultando na redução do padrão de vida das classes trabalhadoras.

Portanto, o que se verifica é um constante crescimento da precarização da força de trabalho.

Sabendo que a grande maioria dos moradores de rua adulta é de homens é possível inferir que a análise acima exposta interfere de uma forma ou de outra, na constituição deste segmento de excluídos, ou seja, os ajustes macroeconômicos, a precarização da força de trabalho e relações de trabalho (como a redução dos direitos trabalhistas) contribuem para a chegada do homem no mundo da rua uma vez que interfere direta ou indiretamente na satisfação das necessidades básicas de sua sobrevivência e de sua família.

Chegando na rua esta população dependerá de sistemas, projetos sociais de proteção que por sua vez ficam comprometidos frente aos ajustes macroeconômicos uma vez que estes visam o corte o corte nos gastos públicos.

No Brasil, pode-se dizer que ao longo de sua história, mais precisamente a partir de sua Independência, as obras assistenciais estiveram mescladas num misto entre público e privado, preventiva - repressiva, caritativa - higienista. É, portanto, somente a partir de 1930 que o estado assume para si a questão social da mendicância. Mas é somente depois de 1945 que são

criadas a primeiras instituições de Assistência Pública.

Grosso modo, o Estado nunca se deteve em resolver especificamente o problema social inerente ao morador de rua. Haja visto que sua existência, no Brasil, perpassa séculos.

Atualmente, o que se verifica é que as políticas sociais estão subordinadas a interesses econômicos e políticos. Econômicos porque os acordos com o FMI impõem restrições quanto os gastos sociais, e, políticos, como ficou demonstrado na Comissão Parlamentar de Inquérito¹⁵ (CPI) de 1992. No entanto, as políticas, ações, instituições governamentais possibilitam às classes exploradas e marginalizadas acesso a bens e serviços necessários a manutenção de sua sobrevivência. Pode-se concluir que desta forma o Estado consegue administrar as desigualdades sociais.

No que se refere à assistência social em Florianópolis, a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social parece ter uma estrutura muito bem montada pra dar respostas à questão social em estudo, principalmente em relação a Gerencia de Assistência Social, incorporada a esta secretaria e responsável pelo Projeto Abordagem de Rua.

Diante das conclusões apresentas a partir das análises realizadas sobre os dados levantados pelo Projeto Abordagem de Rua, pode-se inferir que, por haver uma grande quantidade de retornos (50%) as políticas assistenciais do município não se revelam efetivas, de modo a contribuir para a superação, por parte do morador de rua, de sua situação, haja visto que os programas assistenciais da prefeitura não possibilitam condições de dignidade e subsistência, condições de manutenção e de auto-reprodução naquilo que é básico até o momento em que o indivíduo possa se libertar da assistência e caminhar por si só. Por mais que o morador de rua consiga um emprego não terá condições de, até receber seu primeiro salário, manter-se com casa,

¹⁵“A prática da assistência social brasileira, (...) está subordinada aos interesses clientelistas dos governantes e de muitos parlamentares que fazem das verbas e subvenções públicas um patrimônio privado; não esqueçamos da CPI do orçamento que, em 1991, desmontou o complexo esquema envolvendo parlamentares, conselheiros do então conselho Nacional de Serviço Social – CNSS e funcionários da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, revelando o comprometimento de alguns deputados com o desvio das subvenções sociais e os projetos/emendas direcionados no orçamento da União”. (FERREIRA. 1999, p. 66).

comida, transporte, etc.

A partir das histórias de vida dos moradores de rua, constatou-se que são muitos os motivos que podem levar uma pessoa à rua. Mas há que se considerar que alguns deles já nascem na rua. São, portanto, todos eles, fruto de um sistema excludente baseado na exploração de uma classe pela outra. O capitalismo só existe enquanto houver uma classe de possuidores explorando uma outra: a dos despossuídos. A manutenção desta classe de despossuídos contribui para o achatamento dos salários e maior exploração do proletariado.

A assistência social é uma política que entre em choque com o capitalismo. No capitalismo, o princípio liberal do trabalho determina que a pessoa sobreviva com a venda de sua força de trabalho, não se admitindo outra forma de subsistência. É justamente neste ponto que está a contradição, pois a assistência social visa manter um grupo de pessoas em idade economicamente ativa – como é o caso da maioria dos moradores de rua, tanto no Brasil como em Florianópolis, que tem idade entre 21 e 40 anos de idade – subsistindo sem a venda da força de trabalho.

Para se contrapor a isso o governo editou a LOAS. Assim o morador de rua tem um problema: não tem acesso à previdência social pois está desempregado e não tem acesso a assistência social por estar em idade economicamente ativa, uma vez que a LOAS garante assistência somente a crianças, idosos e deficientes.

Este estudo foi desenvolvido com o intuito de esclarecer um pouco mais esta multifacetada realidade por detrás da qual se esconde o morador de rua. Sugiro, para um próximo trabalho, uma pesquisa mais aprofundada a fim de elucidar algumas falhas que por descuido ou mesmo desconhecimento não puderam ser aqui esclarecidas. Sugiro, ainda, a realização de entrevistas, não somente com moradores de rua, mas com outras pessoas envolvidas na problemática bem como a busca de outras fontes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.A. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- BELFIORE, Mariângela; Prática Assistencial no Brasil. Serviço Social e Sociedade, SP. n.17, p. 73-89, abr 1985.
- BROGNOLI, F.F. Trecheiros e Pardais: estudo etnográfico de nômades urbanos. Florianópolis, 1996. 207f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Setor de Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.
- CALDEIRA, T.P.R. A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARMO, P.S. História e ética do trabalho no Brasil. São Paulo: Moderna, 1998.
- CASTRO, M. M.; ABREU, S.F. A Pobreza Colonizada. Serviço Social e Sociedade, SP. n. 17, p 73-89, abr 1985.
- COLBARI, Antonia L. Ética do Trabalho. A vida familiar na construção da identidade profissional. São Paulo. Letras e Letras, 1995.
- DI FLORA, M.C. Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados? Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FERREIRA, I.B. Assistência Social: os limites à efetivação do direito. Revista Katálysis, Florianópolis, n.4, p.65-74, maio/1999.
- FRANZONI, L.C.C. A repercussão da campanha: “Quem dá esmola não dá futuro” na cidade de Florianópolis. Florianópolis, 2002.68f. Monografia - Departamento de Serviço Social, Universidade do Sul de Santa Catarina.
- HELLER, Agnes. A Concepção da Família no Estado de Bem Estar Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo. N 24, p 5 – 31, ago. 1987.
- HOBS BAWN, Fric. A Era dos Extremos. São Paulo. Cia das Letras. 1995.
- MARX, Karl. A chamada Acumulação Primitiva. O Capital: crítica da economia política; vol 2. 15 ed. Rio de Janeiro. Bertand Brasil, 1996, p 828 – 882.

- NOGUEIRA, V.M.R. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais- revendo conceitos básicos. Revista Katálysis, Florianópolis, v.5, n.2, 141-152, jul./dez. 2002.
- PEREIRA, A.M. Abordagem de rua e o processo de trabalho das educadoras sociais de rua. Florianópolis, 2000. 74f. Monografia - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.
- POCHMANN, M. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Gerência de Assistência Social. Florianópolis, s/d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Perfil das áreas de interesse social do município. Florianópolis, Abr/2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Relatório Projeto Abordagem de Rua. Dez./2002 a Mar/2003. Florianópolis, 2002/3.
- RAMOS, S.H.S. Na mesma praça... no mesmo banco... As vivências sexuais das meninas mulheres, nas ruas de Florianópolis. Florianópolis, 1998- 84f. Monografia (Especialização em Educação Sexual)- Centro de Ciências da Educação, FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina.
- SIMÕES JR, J.G. Moradores de rua. São Paulo: Pólis, 1992.
- VIEIRA, M.A.C.; et al. População de rua: Quem é, como vive, como é vista. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Relatório Projeto Abordagem de Rua. Dez./2002 a Mar/2003. Florianópolis, 2002/3.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Gerência de Assistência Social. Florianópolis, s/d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Perfil das áreas de interesse social do município. Florianópolis, Abr/2001.
- <http://veja.abril.com.br/>

- NOGUEIRA, V.M.R. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais- revendo conceitos básicos. Revista Katálysis, Florianópolis, v.5, n.2, 141-152, jul./dez. 2002.
- PEREIRA, A.M. Abordagem de rua e o processo de trabalho das educadoras sociais de rua. Florianópolis, 2000. 74f. Monografia - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.
- POCHMANN, M. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Gerência de Assistência Social. Florianópolis, s/d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Perfil das áreas de interesse social do município. Florianópolis, Abr/2001.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Relatório Projeto Abordagem de Rua. Dez./2002 a Mar/2003. Florianópolis, 2002/3.
- RAMOS, S.H.S. Na mesma praça... no mesmo banco... As vivências sexuais das meninas mulheres, nas ruas de Florianópolis. Florianópolis, 1998- 84f. Monografia (Especialização em Educação Sexual)- Centro de Ciências da Educação, FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina.
- SIMÕES JR, J.G. Moradores de rua. São Paulo: Pólis, 1992.
- VIEIRA, M.A.C.; et al. População de rua: Quem é, como vive, como é vista. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Relatório Projeto Abordagem de Rua. Dez./2002 a Mar/2003. Florianópolis, 2002/3.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Gerência de Assistência Social. Florianópolis, s/d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Perfil das áreas de interesse social do município. Florianópolis, Abr/2001.
- <http://veja.abril.com.br/>